

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva	96
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2011	Ordinária		0,77119

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.257.384	2.065.111
1.01	Ativo Circulante	605.141	429.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	170.205	42.418
1.01.03	Contas a Receber	215.629	219.554
1.01.03.01	Clientes	152.148	137.618
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	63.481	81.936
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	12.791	29.417
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	38.679	41.512
1.01.03.02.04	Partes Relacionadas	1.264	1.127
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	10.747	9.880
1.01.04	Estoques	217.138	166.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.169	1.157
1.02	Ativo Não Circulante	1.652.243	1.635.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.721	103.653
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.116	18.481
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.116	18.481
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	83.605	85.172
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	5.161	4.985
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	15.175	15.362
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	63.269	64.825
1.02.02	Investimentos	957.159	937.497
1.02.02.01	Participações Societárias	957.159	937.497
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	957.070	937.408
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89	89
1.02.03	Imobilizado	584.639	581.289
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	550.633	557.401
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.006	23.888
1.02.04	Intangível	5.429	5.593
1.02.04.01	Intangíveis	5.429	5.593
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	1.514	1.498
1.02.04.01.03	Software	3.915	4.095
1.02.05	Diferido	6.295	7.723

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.257.384	2.065.111
2.01	Passivo Circulante	289.933	185.995
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.608	34.923
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.776	10.179
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.832	24.744
2.01.02	Fornecedores	28.295	35.920
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.295	35.920
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.314	23.678
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.508	9.229
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	370	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais e Federais	9.138	9.229
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.516	14.310
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	290	139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	136.022	22.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	136.022	22.616
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.735	21.487
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	114.287	1.129
2.01.05	Outras Obrigações	70.694	68.858
2.01.05.02	Outros	70.694	68.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	53.907	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.648	1.182
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	3.225	5.878
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	10.914	7.891
2.02	Passivo Não Circulante	119.745	112.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	79.643	73.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	79.643	73.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.336	70.488
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.307	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	3.602	3.275
2.02.02.02	Outros	3.602	3.275
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	432	461
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3.110	2.814
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	8.975	8.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.975	8.109
2.02.04	Provisões	27.525	27.127
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.008	25.610
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17.819	17.707
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.960	6.998
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.229	905
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	1.847.706	1.766.801
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	866.756	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.162	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.268	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	33.585	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	81.120	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	49	52

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	414.020	339.715
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	476.022	392.046
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-2.880	-2.761
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-56.996	-47.953
3.01.04	Descontos Incorridos	-2.126	-1.617
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-262.666	-198.556
3.03	Resultado Bruto	151.354	141.159
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.718	-63.480
3.04.01	Despesas com Vendas	-54.192	-51.619
3.04.01.01	Com Vendas	-53.423	-50.846
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-769	-773
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.286	-23.056
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-20.297	-15.923
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-2.313	-2.206
3.04.02.03	Honorários da Administração	-1.962	-1.747
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.714	-3.180
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.466	1.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.371	-3.358
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.665	13.196
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.636	77.679
3.06	Resultado Financeiro	3.341	2.063
3.06.01	Receitas Financeiras	6.891	11.587
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.550	-9.524
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	89.977	79.742
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.857	-10.479
3.08.01	Corrente	-4.627	-7.675
3.08.02	Diferido	-4.230	-2.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	81.120	69.263
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	81.120	69.263
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,71506	0,61068
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,71506	0,61068

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	81.120	69.263
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3	955
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	-3	-4
4.03	Resultado Abrangente do Período	81.117	70.218

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.321	47.174
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	81.338	78.530
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	89.977	79.742
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	11.608	10.790
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	39	46
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-19.665	-13.196
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	-621	1.148
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54.534	-22.496
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-14.530	-6.674
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-50.694	-14.000
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	4.523	-1.542
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	14.620	-12.443
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-7.625	12.875
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	895	7.471
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	3.083	947
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	-4.806	-9.130
6.01.03	Outros	-6.483	-8.860
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	0	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-1.436	-2.252
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-5.047	-8.266
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.074	1.602
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-10.862	-22.328
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.03	Aplicações de Investimentos	0	-42.000
6.02.04	Vendas de Ações em Tesouraria	277	2.263
6.02.05	Vendas de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	118.540	23.230
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	124.551	44.018
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-6.011	-20.788
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	127.787	72.006
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.418	26.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	170.205	98.666

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-30.293	0	0	-212
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0
5.04.08	Opções sobre Ações Exercidas	0	-212	0	0	0	-212
5.04.09	Opções de Ações Canceladas ou Perdidas	0	-974	974	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	81.120	-3	81.117
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	81.120	0	81.120
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3	-3
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3	-3
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	866.756	81.120	49	1.847.706

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.619	-1.086	-13.270	0	0	2.263
5.04.01	Aumentos de Capital	16.619	0	-16.619	0	0	0
5.04.08	Opções sobre Ações Exercícios	0	-1.086	3.349	0	0	2.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.263	955	70.218
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.263	0	69.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	955	955
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4	-4
5.07	Saldos Finais	744.955	123.615	635.485	66.768	103	1.570.926

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	471.946	388.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	471.016	387.668
7.01.02	Outras Receitas	1.466	1.359
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	352	305
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-888	-671
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-297.645	-228.334
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-211.344	-150.523
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-85.950	-77.506
7.02.04	Outros	-351	-305
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-351	-305
7.03	Valor Adicionado Bruto	174.301	160.327
7.04	Retenções	-11.608	-10.790
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.608	-10.790
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	162.693	149.537
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.556	24.782
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.665	13.196
7.06.02	Receitas Financeiras	6.891	11.586
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	189.249	174.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	189.249	174.319
7.08.01	Pessoal	51.553	43.667
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.543	30.577
7.08.01.02	Benefícios	13.735	10.026
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.114	3.057
7.08.01.04	Outros	161	7
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.431	50.376
7.08.02.01	Federais	34.630	35.037
7.08.02.02	Estaduais	16.721	14.717
7.08.02.03	Municipais	80	622
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.145	11.013
7.08.03.01	Juros	3.550	9.523
7.08.03.02	Aluguéis	1.595	1.490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.621	42.471
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.621	42.471
7.08.05	Outros	32.499	26.792
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	32.499	26.792

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.565.934	2.361.609
1.01	Ativo Circulante	871.811	680.397
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	189.459	54.372
1.01.03	Contas a Receber	362.434	359.921
1.01.03.01	Clientes	283.904	259.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	78.530	100.437
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedor	13.004	29.518
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	49.832	55.674
1.01.03.02.04	Partes Relacionadas	856	782
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	14.838	14.463
1.01.04	Estoques	317.028	264.499
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.890	1.605
1.02	Ativo Não Circulante	1.694.123	1.681.212
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.750	145.950
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.855	10.578
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	10.855	10.578
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.979	27.010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.979	27.010
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	107.916	108.362
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	5.999	5.749
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	31.443	30.751
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	70.474	71.862
1.02.02	Investimentos	127	127
1.02.02.01	Participações Societárias	127	127
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127	127
1.02.03	Imobilizado	994.947	977.706
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	860.274	870.130
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	134.673	107.576
1.02.04	Intangível	557.299	557.429
1.02.04.01	Intangíveis	113.168	113.298
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	109.191	109.142
1.02.04.01.03	Software	3.977	4.156
1.02.04.02	Goodwill	444.131	444.131

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.565.934	2.361.609
2.01	Passivo Circulante	396.350	287.251
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.578	62.132
2.01.01.01	Obrigações Sociais	26.612	18.844
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.966	43.288
2.01.02	Fornecedores	61.359	62.380
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.359	62.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.950	47.403
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.672	19.381
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.405	1.571
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	18.267	17.810
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.904	27.802
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	374	220
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	154.057	41.013
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154.057	41.013
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.770	39.883
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	114.287	1.130
2.01.05	Outras Obrigações	81.406	74.323
2.01.05.02	Outros	81.406	74.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	53.907	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.858	1.310
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	12.455	10.221
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	12.186	8.885
2.02	Passivo Não Circulante	327.101	313.841
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	242.609	235.187
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	242.609	235.187
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	239.302	231.871
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.307	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	4.517	4.568
2.02.02.02	Outros	4.517	4.568
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.335	1.738
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3.122	2.830
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	31.380	26.403
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.380	26.403
2.02.04	Provisões	48.595	47.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.078	46.166
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.884	22.474
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.159	20.779
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.035	2.913
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.842.483	1.760.517
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.02.07	Reservas de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	866.756	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.162	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.268	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	33.585	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	75.897	-6.284
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	49	52

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	647.168	561.952
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	763.710	664.550
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-7.963	-7.670
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-105.163	-91.671
3.01.04	Descontos Incorridos	-3.416	-3.257
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-398.153	-327.845
3.03	Resultado Bruto	249.015	234.107
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.159	-144.951
3.04.01	Despesas com Vendas	-111.591	-110.933
3.04.01.01	Com Vendas	-110.043	-109.605
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-1.548	-1.328
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.578	-31.465
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-29.200	-23.941
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-3.650	-4.045
3.04.02.03	Honorários da Administração	-1.962	-1.747
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.766	-1.732
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.389	2.736
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.379	-5.289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.856	89.156
3.06	Resultado Financeiro	165	-3.188
3.06.01	Receitas Financeiras	8.087	14.811
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.922	-17.999
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	99.021	85.968
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.840	-15.475
3.08.01	Corrente	-7.831	-7.671
3.08.02	Diferido	-9.009	-7.804
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.181	70.493
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	82.181	70.493
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.181	70.493
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,72441	0,62152
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,72441	0,62152

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	82.181	70.493
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3	955
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	-3	-4
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	82.178	71.448
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.178	71.448

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.947	78.888
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	117.239	105.589
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	99.021	85.969
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	15.085	12.176
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	158	93
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	2.975	7.351
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.444	-1.895
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-24.420	-4.193
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-52.068	-14.976
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	7.477	-2.960
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	13.836	-13.807
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-1.021	24.048
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-1.040	10.314
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	3.360	1.786
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	-3.568	-2.107
6.01.03	Outros	-11.848	-24.806
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	0	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-2.954	-15.891
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-8.894	-10.573
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.460	-31.476
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-29.248	-38.589
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.04	Venda de Ações em Tesouraria	277	2.263
6.02.05	Venda de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.02.06	Fluxo de Caixa Aquisição de Participação Societária	0	-58.817
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	116.602	19.766
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	127.235	45.142
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-10.633	-25.376
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	135.089	67.178
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.370	58.761
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	189.459	125.939

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-30.293	0	0	-212	0	-212
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0	0	0
5.04.08	Opções sobre Ações Exercidas	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.09	Opções de Ações Canceladas ou Perdidas	0	-974	974	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.181	-3	82.178	0	82.178
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.181	0	82.181	0	82.181
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3	-3	0	-3
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3	-3	0	0
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	866.756	75.897	49	1.842.483	0	1.842.483

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.619	-1.086	-13.270	0	0	2.263	0	2.263
5.04.01	Aumentos de Capital	16.619	0	-16.619	0	0	0	0	0
5.04.08	Opções sobre Ações Exercidas	0	-1.086	3.349	0	0	0	0	2.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.493	955	71.448	0	71.448
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.493	0	70.493	0	70.493
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	955	955	0	955
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959	0	959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4	-4	0	-4
5.07	Saldos Finais	744.955	123.615	635.485	56.849	103	1.561.007	0	1.561.007

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	759.080	661.591
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	752.330	653.623
7.01.02	Outras Receitas	3.134	8.337
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.891	1.581
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.275	-1.950
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-464.567	-397.647
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-302.803	-241.901
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-158.819	-154.950
7.02.04	Outros	-2.945	-796
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-2.945	-796
7.03	Valor Adicionado Bruto	294.513	263.944
7.04	Retenções	-15.085	-12.176
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.085	-12.176
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	279.428	251.768
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.087	14.811
7.06.02	Receitas Financeiras	8.087	14.811
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	287.515	266.579
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	287.515	266.579
7.08.01	Pessoal	92.140	76.645
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.329	54.249
7.08.01.02	Benefícios	20.753	17.273
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.329	5.046
7.08.01.04	Outros	729	77
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	102.522	99.038
7.08.02.01	Federais	68.117	66.924
7.08.02.02	Estaduais	33.924	30.867
7.08.02.03	Municipais	481	1.247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.674	20.404
7.08.03.01	Juros	7.922	17.999
7.08.03.02	Aluguéis	2.752	2.405
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.499	26.792
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.499	26.792
7.08.05	Outros	49.680	43.700
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	49.680	43.700

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação o resultado do primeiro trimestre de 2011 (1T11). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

### COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. DIAS BRANCO vem apresentar ao mercado os seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2011 (1T11), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus números.

No 1T11, a M. DIAS BRANCO atingiu um volume de vendas em toneladas, líquido de devoluções, da ordem de 320,4 mil toneladas, que representa um crescimento de 5,2% em relação ao 1T10. Essa evolução no período se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) crescimento das vendas de farinha e farelo (6,6%), em função da expansão da atuação na região Nordeste, além do fato de que o processo de verticalização da unidade de produção de biscoitos e massas em Pernambuco ainda não se encontra totalmente concluído (o que aumenta a disponibilidade de farinha para comercialização); (ii) crescimento das vendas em biscoitos (6,4%), dando continuidade ao processo de expansão nas principais regiões do País e (iii) crescimento das vendas de massas (2,0%), que apresentou recuperação de volume vendido principalmente na Região Sudeste, revertendo o quadro de queda de volumes apresentado no ano anterior.

No tocante a preços, a Companhia prosseguiu com o processo de repasse do aumento de custo de suas principais matérias-primas, que teve como consequência a elevação do preço médio consolidado em 9,8% no comparativo do 1T11 e 1T10, com destaque para o crescimento obtido em Farinha e Farelo (21,9%), Biscoitos (7,5%), Margarinas e Gorduras (7,8%) e Massas (4,2%). A Receita Líquida obtida pela M Dias Branco no 1T11 atingiu R\$ 647,2 milhões, apresentando uma expansão de 15,2% em relação ao 1T10.

Já os custos operacionais totais e o custo operacional por tonelada apresentaram um crescimento de 21,4% e 15,5%, respectivamente, registrando-se como fator relevante na composição desses custos o aumento do custo de matéria-prima. Como resultante, o Lucro Bruto atingiu R\$ 249,1 milhões no 1T11, um crescimento de 6,4% em relação ao igual período do ano anterior.

As despesas operacionais cresceram 3,6% na mesma comparação trimestral, enquanto as despesas operacionais por tonelada decresceram 1,6%, refletindo os esforços da Companhia principalmente no gerenciamento das despesas com vendas, além do efeito decorrente do crescimento no volume de vendas. Em consequência, o EBITDA alcançou R\$ 114,0 milhões no 1T11 - um crescimento de 12,4% em relação ao 1T10. Contudo, o EBITDA ajustado (excluindo-se R\$ 3,8 milhões de despesas não recorrentes) atingiu R\$ 117,8 milhões no 1T11 - um crescimento de 16,2% em relação ao 1T10. Já o Lucro Líquido atingiu R\$ 82,2 milhões no 1T11, um crescimento de 16,6%.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A forte geração de caixa também tem contribuído para redução do endividamento, que ao final do 1T11 apresentava uma dívida líquida da ordem de R\$ 196,4 milhões e uma dívida líquida por EBITDA da ordem de 0,4 no período.

A Companhia segue bem posicionada em seus estoques de trigo e de óleo para o primeiro semestre de 2011, o que se traduz em expectativas realistas de melhorias de margens, que serão maximizadas pelos esforços na redução da representatividade de custos e despesas, além da ampliação das vendas.

É importante destacar que a M.DIAS BRANCO, através da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda (Vitarella), anunciou em 26/04/2011 a aquisição da NPAP Alimentos S.A., empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas "PILAR", sediada em Recife – PE.

Enfatizamos que a aquisição da referida empresa, a despeito de sua importância para a continuidade do processo de fortalecimento da capacidade da M DIAS BRANCO de melhor servir a seus clientes e de gerar melhores e maiores retornos aos seus acionistas, não interrompe o conjunto de ações da Companhia, atualmente em curso, dedicadas a encontrar oportunidades de crescimento via aquisições, as quais se somarão aos esforços sempre permanentes de crescimento orgânico, especialmente a partir da ampla liderança de mercado que a Companhia conquistou.

A Administração segue otimista para o restante do ano, consciente do compromisso de maximizar o valor da riqueza dos acionistas e dos desafios de transformar resultados passados em metas a serem ultrapassadas.

### ACOMPANHAMENTO DO MERCADO DE *COMMODITIES*

A atividade econômica desenvolvida pela Companhia conta, em sua matriz de produção, com importantes insumos, tais como o **trigo em grão** e os **óleos vegetais**, além da farinha de trigo e gorduras adquiridos de terceiros para industrialização nas unidades dos Estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses insumos apresentam variações de preços decorrentes da dinâmica de oferta e demanda no mercado de commodities.

No entanto, é importante destacar que a Companhia possui um modelo de negócios, composto por um conjunto de instrumentos de gestão e de atuação no mercado, que lhe possibilita obter, ao longo do tempo, pouca variação nos patamares de margem bruta mesmo diante de significativas e sucessivas variações nos preços de suas principais matérias-primas.

Alguns desses instrumentos são fundamentais para isto, tais como a força das marcas da M. Dias Branco, o seu modelo de distribuição, a estratégia de verticalização, a administração do repasse do aumento dos custos dos insumos para os preços dos produtos e a amplitude de nosso portfólio de produtos.

A seguir apresentaremos informações referentes ao cenário de nossas principais matérias-primas, além da evolução dos preços médios de aquisição dos referidos insumos praticados pela Companhia versus os preços médios de mercado.

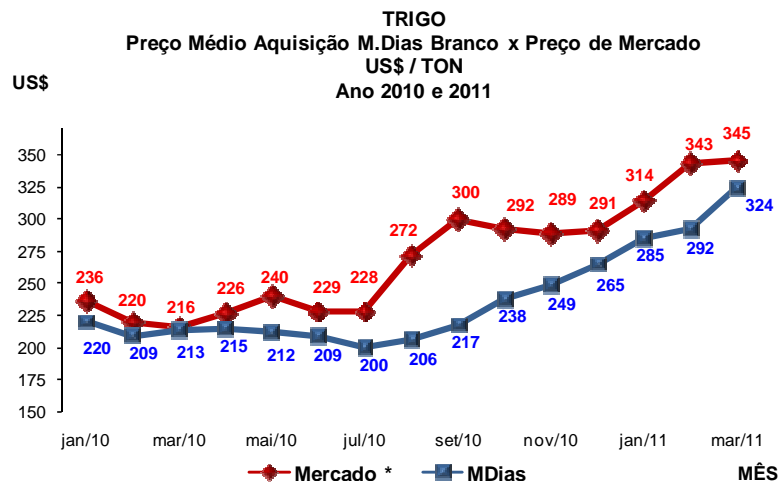
## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### TRIGO

Após a estabilidade apresentada no 4T10, quando atingiram média mensal de USD 291 por tonelada em dezembro de 2010, os preços do trigo voltaram a apresentar trajetória de elevação no 1T11, atingindo patamar médio mensal da ordem de USD 345 por tonelada (FOB) em março de 2011.

De acordo com o último relatório publicado pelo USDA (*United States Department of Agriculture*) em abril de 2011, apesar da expectativa de redução da produção de trigo em importantes áreas produtoras em função de eventos climáticos, especialmente na Rússia, Cazaquistão e Ucrânia, a projeção de boa safra na Argentina e Austrália, além da manutenção dos estoques globais em níveis históricos ainda altos (suficientes para atender a 28% do consumo anual global) contribuíram para atenuar esse processo de elevação dos preços da commodity no primeiro trimestre deste ano.

No entanto o mercado segue atento quanto à possibilidade de ocorrência de seca no Meio-Oeste dos Estados Unidos, além da evolução dos estoques globais de milho, que atualmente se encontram em patamares baixos de relação estoque/consumo, abaixo de 5%. Estas condições levam a crer que os preços do trigo devem seguir pressionados no 2T11. Durante o 1T11, a Companhia manteve seu preço médio de aquisição inferior ao preço médio de aquisição do mercado, com uma economia média de 10,0%.



\* Fonte: [www.safras.com.br](http://www.safras.com.br)

### ÓLEOS VEGETAIS

Após a elevação apresentada em janeiro de 2011, decorrente basicamente do excesso de chuvas na Malásia (que impossibilitava a colheita da palma) e da expectativa da ocorrência do fenômeno "La Nina" na América do Sul (que comprometeria a safra da soja no continente), os preços dos óleos de palma e soja recuaram ao final do 1T11, fechando com cotações médias (FOB) por tonelada em março de USD 1.342 e R\$ 2.708, respectivamente.

A queda nos preços ao final do trimestre é decorrente principalmente da recuperação da produção asiática de palma e a materialização de uma excelente safra de soja na América do sul, que em consequência gerou uma expectativa de pouca variação nos estoques globais dos referidos óleos vegetais, em função da dinâmica de oferta e demanda.

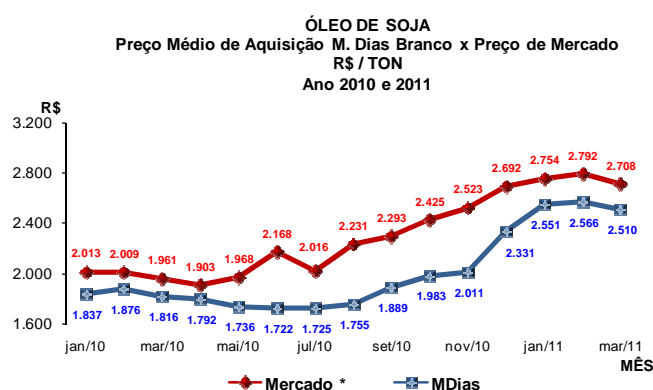
## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O relatório de abril de 2011 do USDA demonstra que a oferta de óleo de soja deverá contribuir para manutenção dos estoques globais sem grandes variações. Também vale destacar que a China já apresentou algumas indicações de que deverá reduzir suas importações dos EUA, dado que já apresenta estoques satisfatórios e pretende importar da América do Sul nos próximos meses. Atualmente os estoques globais de óleo de soja representam em torno de 6% do consumo anual previsto, estimativa próxima à do relatório de março de 2011.

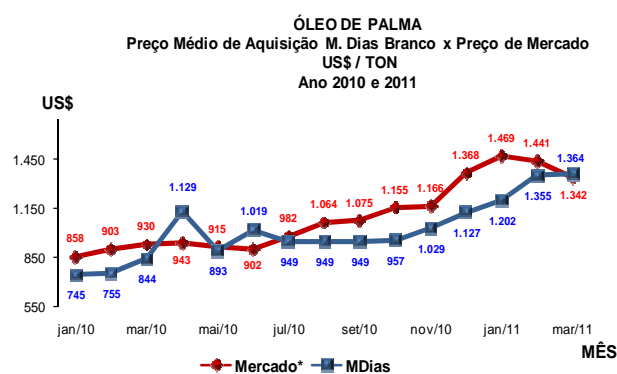
Com relação ao óleo de palma, a expectativa de aumento da produção na Indonésia e na Malásia a partir de maio deste ano está contribuindo para a previsão de aumento global dos estoques, que atualmente representa em torno de 7,1% do consumo anual previsto, superior à divulgada pelo relatório anterior do USDA.

Apesar da queda recente dos preços, não há ainda evidência firme de que esse movimento continuará de forma consistente, mesmo porque os preços do petróleo continuam firmes, o que aumenta a atratividade da produção de biocombustível.

Assim, como no caso do trigo, a Companhia prossegue com seu objetivo de praticar preços médios de aquisição de óleos vegetais inferiores aos preços de mercado, tendo obtido uma economia média de 7,6% com o óleo de soja e de 7,8% com o óleo de palma no 1T11.



\* Fonte: www.safras.com.br



\* Fonte: Braincorp

### DESTAQUES OPERACIONAIS

A estrutura operacional da Companhia é composta pela M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, com sede no Estado do Ceará, e suas controladas, Adria Alimentos do Brasil Ltda. e Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella). A o final do 1T11, a controladora e as suas controladas Adria e Vitarella contavam com 22 centros de distribuição e 11 unidades industriais, com ações de produção, comercialização e distribuição logística coordenadas de forma centralizada e integrada. As referidas unidades industriais estão localizadas nos Estados do Ceará (3), Rio Grande do Norte (1), Bahia (1), Paraíba (1), Pernambuco (1), São Paulo (3) e Rio Grande do Sul (1).

O processo de produção da Companhia é integrado e verticalizado, permitindo que parte substancial de suas duas principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) para a fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente. No 1T11, **71,3%** de toda a farinha de trigo e **58,5%** de toda

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

gordura vegetal utilizadas foram fabricadas internamente. Destaque-se que registramos um aumento na verticalização quando comparada com a registrada 1T10. Nesse período, a Companhia produzia internamente 61,7% de toda a farinha de trigo e 54,0% de toda gordura vegetal consumidas.

Aumentamos a capacidade total de produção em 6,4%, decorrentes da ampliação da capacidade de produção da unidade de margarinas e gorduras localizada no Estado do Ceará, da aquisição de novas linhas de produção de biscoitos nas unidades de Salvador e Fortaleza e nova linha de produção de massas instantâneas na unidade de Salvador. Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada, a Companhia atingiu 73,4% no 1T11, um decréscimo de 0,2 pontos percentuais em relação ao 1T10 (73,6%).

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	1T11	1T10	1T11	1T10	1T11	1T10	1T11	1T10	1T11	1T10
Produção Total	95,9	93,4	62,1	64,6	242,9	220,3	19,3	17,9	420,2	396,2
Capacidade Total de Produção	126,5	120,5	98,3	95,6	302,8	302,8	45,0	19,5	572,6	538,4
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>75,8%</b>	<b>77,5%</b>	<b>63,2%</b>	<b>67,6%</b>	<b>80,2%</b>	<b>72,8%</b>	<b>42,9%</b>	<b>91,8%</b>	<b>73,4%</b>	<b>73,6%</b>

Quanto à estrutura de vendas, a Companhia continua com forte atuação no pequeno varejo, com 80,2% do total das vendas no 1T11 decorrentes da combinação de vendas diretas e vendas indiretas via atacadistas e distribuidores. As vendas para o nosso maior cliente representaram apenas 5,5% da receita líquida de descontos no 1T11, o que demonstra que possuímos uma base de clientes bastante pulverizada.

Mix de Clientes	1T11	1T10	Variação
Pequeno Varejo *	36,7%	37,2%	-0,5 p.p
Atacado / Distribuidores	43,5%	43,7%	-0,2 p.p
Grandes Redes	16,4%	15,0%	1,4 p.p
Indústria	3,0%	3,8%	-0,8 p.p
Outros	0,4%	0,3%	0,1 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

(\*) Atendimento direto

Maiores Clientes		Vendas 1T11 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
1	1	42,1	5,5%	5,5%
49	50	207,8	27,4%	32,9%
50	100	69,9	9,2%	42,1%
900	1.000	210,8	27,7%	69,8%
Demais Clientes	Todos clientes	229,3	30,2%	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>759,9</b>		

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### RESULTADOS DO PERÍODO

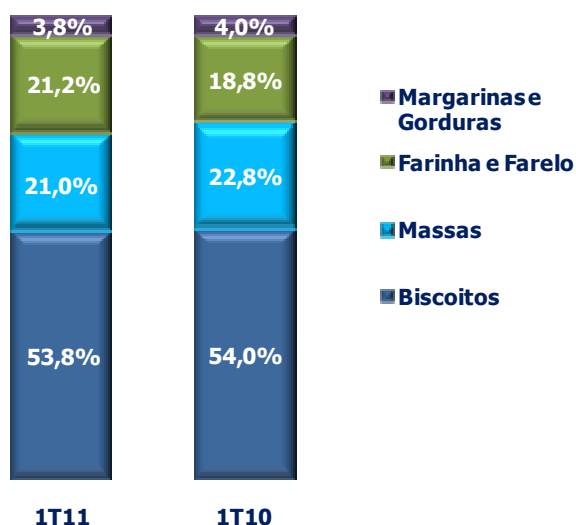
#### RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** atingiu **R\$ 647,2 milhões** no **1T11**, um acréscimo de **15,2%** frente ao 1T10, em função, principalmente, dos efeitos do aumento nos preços médios de nossos produtos e dos volumes de vendas em todas as linhas de produtos.

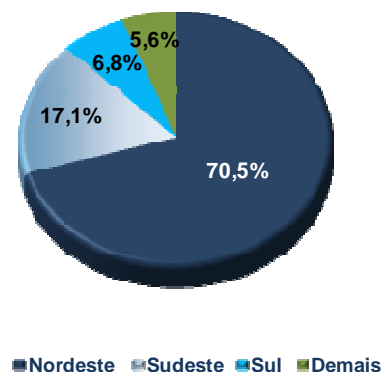
Linhas de Produto	1T11			1T10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	347,9	93,4	3,72	303,6	87,8	3,46	14,6%	6,4%	7,5%
Massas	135,8	61,0	2,23	128,1	59,8	2,14	6,0%	2,0%	4,2%
Farinha e Farelo	137,2	154,5	0,89	105,8	144,9	0,73	29,7%	6,6%	21,9%
Margarinas e Gorduras	24,7	9,4	2,63	22,7	9,3	2,44	8,8%	1,1%	7,8%
Diversos	1,6	2,1	0,76	1,8	2,9	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>647,2</b>	<b>320,4</b>	<b>2,02</b>	<b>562,0</b>	<b>304,7</b>	<b>1,84</b>	<b>15,2%</b>	<b>5,2%</b>	<b>9,8%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

#### Composição da Receita Operacional Líquida



#### Vendas por Região - 1T11 (% da Receita Líquida de Descontos)



**Nota:** Os diversos representaram 0,2% e 0,4% da receita operacional líquida do 1T11 e 1T10, respectivamente.

#### BISCOITOS

A **receita líquida de biscoitos** atingiu o total de **R\$ 347,9 milhões** no **1T11**, um crescimento de **14,6%** em comparação ao 1T10, explicado pela combinação do aumento no **volume de vendas**, que somou **93,4 mil toneladas** no **1T11** em relação aos 87,8 mil toneladas do 1T10 (uma evolução de **6,4%**) e aumento do preço médio, que mostrou crescimento de **7,5%** no período. O aumento no volume de vendas se verificou, principalmente, nos produtos da linha de recheados, nas marcas Fortaleza, Vitarella e Richester, e nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### MASSAS

A **receita líquida de massas** atingiu o total de **R\$ 135,8 milhões** no **1T11**, um **aumento de 6,0%** em comparação aos R\$ 128,1 milhões no 1T10, decorrente do efeito do aumento de **2,0%** no volume de vendas que passou de 59,8 mil toneladas no 1T10 para **61,0 mil toneladas no 1T11** e do repasse do aumento no custo de aquisição das principais matérias primas, elevando o preço médio desta linha de produtos de R\$ 2,14/Kg no 1T10 para **R\$ 2,23/Kg no 1T11**, apresentando um acréscimo de **4,2%**. Vale destacar que o incremento das ações de trade marketing, programas de incentivo às equipes de vendas e ações de logística para obtenção de uma melhor distribuição das vendas ao longo do mês contribuíram para o aumento no volume total de vendas, que se verificou, principalmente, nas linhas de massas com ovos e instantâneas, e nos estados de São Paulo e Pernambuco.

### FARINHA E FARELO DE TRIGO

A **receita líquida de farinha e farelo de trigo** foi de **R\$ 137,2 milhões** no **1T11**, um **aumento de 29,7%** em comparação ao 1T10, explicado pelo resultado do acréscimo de **6,6%** no **volume vendido** e de **21,9%** no preço médio, passando de R\$ 0,73/Kg no 1T10 para **R\$ 0,89/Kg no 1T11**, influenciado pelo aumento no preço médio de aquisição do trigo, principal matéria prima.

### MARGARINAS E GORDURAS

A **receita líquida de margarinas e gorduras** passou de R\$ 22,7 milhões no 1T10 para **R\$ 24,7 milhões no 1T11**, o que representou uma **evolução de 8,8%** no período, em virtude, principalmente, do aumento de **7,8%** no preço médio que passou de R\$ 2,44/Kg no 1T10 para **R\$ 2,63/Kg no 1T11**, em função do repasse do aumento no preço médio de aquisição dos óleos vegetais.

### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS







Os **custos e despesas operacionais** totalizaram **R\$ 548,2 milhões** no **1T11**, o que representa um acréscimo de **15,2%** em comparação aos R\$ 476,0 milhões no 1T10. Os principais itens que levaram a este resultado estão detalhados nos quadros a seguir.

#### Custo dos Produtos Vendidos

Custos Operacionais (R\$ milhões)	1T11	% RL	1T10	% RL	AH% 1T10-1T11	AH -%RL
Matéria Prima	288,1	44,5%	231,7	41,2%	24,3%	3,3 p.p
Trigo	154,2	23,8%	111,8	19,9%	37,9%	3,9 p.p
Óleo	33,7	5,2%	21,1	3,8%	59,7%	1,4 p.p
Açúcar	23,0	3,6%	19,4	3,5%	18,6%	0,1 p.p
Farinha de Terceiros	29,5	4,6%	35,6	6,3%	-17,1%	-1,7 p.p
Gordura de Terceiros	15,6	2,4%	16,4	2,9%	-4,9%	-0,5 p.p
Outros insumos	32,1	5,0%	27,4	4,9%	17,2%	0,1 p.p
Embalagens	43,6	6,7%	37,8	6,7%	15,3%	0 p.p
Mão-de-obra	47,5	7,3%	38,1	6,8%	24,7%	0,5 p.p
Gastos Gerais de Fabricação	32,3	5,0%	29,0	5,2%	11,4%	-0,2 p.p
Depreciação e Amortização	11,8	1,8%	9,1	1,6%	29,7%	0,2 p.p
Diversos	0,8	0,1%	1,9	0,3%	-57,9%	-0,2 p.p
Subvenções para investimentos	(26,0)	-4,0%	(19,8)	-3,5%	31,3%	-0,5 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>398,1</b>	<b>61,5%</b>	<b>327,8</b>	<b>58,3%</b>	<b>21,4%</b>	<b>3,2 p.p</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O volume de vendas líquido de devoluções aumentou **5,2%** no **1T11**, enquanto os **Custos Operacionais evoluíram 21,4%**, em valor absoluto. Estas variações decorreram, principalmente, das seguintes razões:

-  O aumento do custo médio do trigo em 21,4%, decorrente da alta dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo, conforme exposto no tópico de acompanhamento do mercado de *commodities*;
-  O aumento do custo médio do óleo vegetal em 51,5%, em função do acréscimo do preço de aquisição de óleo de palma e soja, conforme demonstrado anteriormente no acompanhamento do mercado de *commodities*;
-  A redução do custo de farinha de terceiros e do custo de gorduras de terceiros, ocasionada pelo aumento da verticalização da Companhia, ou seja, maior consumo de farinha de trigo e gordura vegetal produzidos internamente;
-  O acréscimo no custo da mão-de-obra, em função de reajustes por acordos coletivos;
-  O aumento com depreciação, em virtude, principalmente, da aquisição de máquinas e equipamentos para a ampliação da capacidade de produção da Companhia;
-  O aumento com subvenções para investimentos, em virtude, principalmente, da evolução do custo do trigo, que é a base para o cálculo do incentivo, e do aumento da alíquota do incentivo fiscal do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), concedido à unidade Vitarella.

### Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	1T11	% RL	1T10	% RL	AH% 1T10-1T11	AH -%RL
Vendas	110,0	17,0%	109,6	19,5%	0,4%	-2,5 p.p
Administrativas e gerais	29,2	4,5%	24,0	4,3%	21,7%	0,2 p.p
Honorários da administração	2,0	0,3%	1,7	0,3%	17,6%	0 p.p
Tributárias	3,7	0,6%	4,0	0,7%	-7,5%	-0,1 p.p
Depreciação e amortização	3,3	0,5%	3,1	0,6%	6,5%	-0,1 p.p
Outras desp./(rec.) operac.	2,0	0,3%	2,6	0,5%	-23,1%	-0,2 p.p
Receitas Financeiras	(8,1)	-1,3%	(14,8)	-2,6%	-45,3%	1,3 p.p
Despesas Financeiras	8,0	1,2%	18,0	3,2%	-55,6%	-2 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>150,1</b>	<b>23,2%</b>	<b>148,2</b>	<b>26,4%</b>	<b>1,3%</b>	<b>-3,2 p.p</b>

No **1T11**, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **0,4%** em relação ao 1T10, em virtude do aumento das despesas com pessoal, em decorrência de acordos coletivos, e despesas com fretes e carretos, decorrente da evolução das vendas. Em contraponto, houve redução nas despesas com verbas contratuais e bonificações, provenientes, essencialmente, da adequação de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para melhor ajustá-los à realidade de mercado, redução na provisão para redução de valor recuperável de clientes, em razão da queda da inadimplência no período, e redução nas despesas com publicidade e propaganda. É importante destacar que a Companhia programou, para os próximos trimestres, a realização de novos investimentos em campanhas de marketing.

As **despesas administrativas** aumentaram **21,7%** no **1T11** em relação ao 1T10, influenciadas, principalmente, por (i) aumento das despesas com pessoal na ordem de R\$1,6 milhões, em função, essencialmente, de reajuste salarial médio de 7%, em decorrência de acordos coletivos; (ii) gastos com

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

serviços de assessoria empresarial no montante de R\$ 0,7 milhão e (iii) gastos com assessoria tributária para obtenção de benefícios fiscais e pagamento de honorários advocatícios de êxito, no valor de R\$ 2,0 milhões.

Os **honorários da administração** passaram de R\$ 1,7 milhão no 1T10 para **R\$ 2,0 milhões** no 1T11 em função do reajuste salarial da diretoria estatutária da Companhia.

As **despesas tributárias reduziram 7,5% no 1T11** em relação ao 1T10, em virtude, principalmente, da redução das despesas com ICMS nas operações de bonificações.

No 1T11, as **outras despesas e receitas operacionais** totalizaram **R\$ 2,0 milhões**, decorrentes, principalmente, da despesa com recolhimento extraordinário de ICMS, no Estado da Paraíba, relativo aos períodos de maio/2005 a agosto/2007, no montante de R\$ 3,8 milhões. Em contrapartida, a Companhia registrou outras receitas decorrentes, principalmente, de lucro na venda de ativos imobilizados, avarias, varreduras e sucatas, no total de R\$ 1,5 milhão. No 1T10, as outras despesas e receitas operacionais somavam R\$ 2,6 milhões, oriundas, basicamente, da provisão para contingências trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 2,3 milhões.

Para melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as receitas e despesas financeiras sem o efeito das variações cambiais do período, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T11	1T10	AH% 1T10-1T11	1T11	1T10	AH% 1T10-1T11
Receitas Financeiras	5,1	3,2	59,4%	5,1	3,2	59,4%
Despesas Financeiras	(7,7)	(11,7)	-34,2%	(7,7)	(11,7)	-34,2%
Variações Cambiais	2,7	5,3	-49,1%	2,7	5,3	-49,1%
<b>TOTAL</b>	<b>0,1</b>	<b>(3,2)</b>	<b>-103,1%</b>	<b>0,1</b>	<b>(3,2)</b>	<b>-103,1%</b>

O aumento de **59,4%** nas **receitas financeiras** do 1T11 em relação ao 1T10 foi ocasionado pelo registro da perda com a venda de títulos aplicados no exterior no 1T10. O decréscimo de **34,2%** observado nas **despesas financeiras**, na comparação entre o 1T11 e 1T10, é decorrente, essencialmente, da redução do endividamento da Companhia.

As **variações cambiais** passaram de uma receita de R\$ 5,3 milhões no 1T10 para uma receita de **R\$ 2,7 milhões** no 1T11. Esta redução apresentada é explicada, principalmente, pela estabilidade do Dólar Americano frente ao Real durante o 1T11, proporcionando à Companhia menor efeito com variação cambial.



### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	1T11	1T10	AH% 1T10-1T11	1T11	1T10	AH% 1T10-1T11
IRPJ e CSLL	23,3	22,5	3,6%	23,3	22,5	3,6%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(6,5)	(7,0)	-7,1%	(6,5)	(7,0)	-7,1%
<b>TOTAL</b>	<b>16,8</b>	<b>15,5</b>	<b>8,4%</b>	<b>16,8</b>	<b>15,5</b>	<b>8,4%</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O **acréscimo** de **3,6%** no **imposto de renda e contribuição social no 1T11** em relação ao 1T10 foi decorrente do aumento da base de cálculo no **1T11** em comparação com o 1T10.

O valor dos **incentivos fiscais sobre o imposto de renda (IRPJ)** reduziu **7,1%** no **1T11** em relação ao 1T10, em função, basicamente, do término da vigência dessa subvenção na unidade industrial instalada no Estado do Rio Grande do Norte (RN). É importante ressaltar que a Companhia está ultimando novo pleito a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização dessa unidade, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, a Companhia, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. Desde janeiro de 2010, a Companhia vem registrando na despesa de IRPJ e CSLL, por trimestre, o valor equivalente a R\$3,6 milhões, a esse título.

### LUCRO LÍQUIDO

O **lucro líquido** da Companhia passou de R\$ 70,5 milhões no 1T10 para **R\$ 82,2 milhões** no **1T11**, um acréscimo de **16,6%**, em face dos motivos já apresentados ao longo deste *release*.

### EBITDA

#### EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T11	1T10	Variação
<b>Lucro Líquido</b>	<b>82,2</b>	<b>70,5</b>	<b>16,6%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	23,3	22,5	3,6%
Incentivo de IRPJ	(6,5)	(7,0)	-7,1%
Receitas Financeiras	(8,1)	(14,8)	-45,3%
Despesas Financeiras	8,0	18,0	-55,6%
Depreciação e Amortização sobre CPV	11,8	9,1	29,7%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,3	3,1	6,5%
<b>EBITDA</b>	<b>114,0</b>	<b>101,4</b>	<b>12,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>17,6%</b>	<b>18,0%</b>	<b>-0,4 p.p</b>

#### EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T11	1T10	Variação
<b>Receita Bruta</b>	<b>763,7</b>	<b>664,6</b>	<b>14,9%</b>
Impostos e deduções sobre vendas	(116,5)	(102,6)	13,5%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(398,1)	(327,8)	21,4%
Depreciação e Amortização sobre CPV	11,8	9,1	29,7%
Despesas Operacionais	(150,2)	(145,0)	3,6%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,3	3,1	6,5%
<b>EBITDA</b>	<b>114,0</b>	<b>101,4</b>	<b>12,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>17,6%</b>	<b>18,0%</b>	<b>-0,4 p.p</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Importante ressaltar que a Companhia registrou no 1T11 gastos considerados não recorrentes, no montante de R\$3,8 milhões, a título de recolhimento extraordinário de ICMS relativo aos períodos de maio/2005 a agosto/2007 no Estado da Paraíba, já comentado neste *release*, e que obviamente impactaram no EBITDA apresentado. Diante disso, no 1T11, o EBITDA ajustado a esse evento representou **R\$ 117,8 milhões** e uma margem EBITDA de **18,2%**.

### DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	31/03/2011	31/03/2010	Varição
Curto Prazo	154,1	196,8	-21,7%
Longo Prazo	242,7	267,5	-9,3%
<b>Endividamento Total</b>	<b>396,8</b>	<b>464,3</b>	<b>-14,5%</b>
(-) Caixa *	(200,4)	(132,1)	51,7%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>196,4</b>	<b>332,2</b>	<b>-40,9%</b>
(+) Patrimônio Líquido	1.842,4	1.561,0	18,0%
<b>Capitalização</b>	<b>2.239,2</b>	<b>2.025,3</b>	<b>10,6%</b>

\* Inclui Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	31/03/2011	31/03/2010	Varição
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (últ. 12 meses)	0,4	0,7	-42,9%
Dívida Líquida / PL	10,7%	21,3%	-10,6 p.p
Endividamento / Ativo Total	15,5%	20,0%	-4,5 p.p

A Companhia, após um período de gradativas e constantes reduções no seu endividamento, tornou a financiar insumos importados e encerrou o **1T11** com um endividamento de **R\$ 396,6 milhões**, porém, 14,5% menor do que os R\$ 464,3 milhões registrados no 1T10. Com relação ao grau de alavancagem financeira, representado pela **relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido**, o indicador ao final do **1T11** foi de **10,7%** contra 21,3% no 1T10.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	31/03/2011	AV%	31/03/2010	AV%	AH%
<b>Moeda Nacional</b>			<b>279,2</b>	<b>70,4%</b>	<b>382,1</b>	<b>82,3%</b>	<b>-26,9%</b>
BNDES - FINAME	TJLP	1,56% (1,98% em 31.03.10)	14,0	3,5%	26,4	5,7%	-47,0%
BNDES - PSI	R\$	4,63% (4,5% em 31.03.10)	58,4	14,7%	14,9	3,2%	291,9%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	16,9	4,3%	17,2	3,7%	-1,7%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	3,2	0,8%	2,8	0,6%	14,3%
Financ. BNB-FNE		10,00%	90,1	22,7%	86,4	18,6%	4,3%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%	2,4	0,6%	3,7	0,8%	-35,1%
Financ. BNB -FNE-Capital de Giro		10,00%	0,8	0,2%	2,5	0,5%	-68,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,7	0,2%	0,9	0,2%	-22,2%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	0,3	0,1%	0,4	0,00	-25,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	92,4	23,3%	226,8	48,8%	-59,3%
<b>Moeda Estrangeira</b>			<b>117,6</b>	<b>29,6%</b>	<b>82,2</b>	<b>17,7%</b>	<b>43,1%</b>
Financ. de importação insumos	USD	1,53% (5,0% em 31.03.10)	113,1	28,5%	76,9	16,6%	47,1%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	1,5% (Libor + 2,68% em 31.03.10)	4,5	1,2%	5,3	0,01	-15,1%
<b>TOTAL</b>			<b>396,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>464,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>-14,5%</b>

\* Taxa de Juros em 31/03/2011, exceto quando especificada outra data.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia opta por não realizar o *hedge* do preço de seus principais insumos, em função da sua capacidade de armazenamento, acompanhamento do mercado e planejamento de compras. Temos passivos indexados a moeda estrangeira (dólar em sua maior parte), decorrentes principalmente da importação do trigo e óleo, conforme demonstrado abaixo.

Em razão de necessidades de caixa circunstanciais, dado os compromissos de pagamentos assumidos em abril de 2011, em especial o pagamento dos juros sobre o capital próprio, a Companhia optou por privilegiar a compra de matéria prima (trigo) através de linhas de financiamento, registrando, assim, um descasamento de caráter transitório que será revertido ao longo de 2011.

Descrição	31/03/2011	31/03/2010
Ativos (em USD milhões)	0,1	-
Passivos (em USD milhões)	72,1	46,2
<b>SALDO</b>	<b>(72,0)</b>	<b>(46,2)</b>

### INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	1T11	1T10	Variação
Instalações	0,8	1,5	-46,7%
Máquinas e Equipamentos	25,4	40,4	-37,1%
Obras Civis	4,1	1,6	156,3%
Veículos	0,2	0,1	100,0%
Computadores e Periféricos	0,4	0,0	-
Móveis e utensílios	0,5	0,3	66,7%
Outros	1,2	1,1	9,1%
<b>Total</b>	<b>32,6</b>	<b>45,0</b>	<b>-27,6%</b>

Os **investimentos** totalizaram **R\$ 32,6 milhões no 1T11** em comparação aos R\$ 45,0 milhões investidos no 1T10. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no 1T11 foram: (i) a ampliação da capacidade de moagem da unidade instalada no estado da Bahia, (ii) a aquisição e montagem de linhas de biscoitos para as unidades industriais situadas no Estado do Ceará, Bahia e Pernambuco; (iii) construção de instalações mais adequadas para atender à expansão realizada na unidade industrial situada no Estado de Pernambuco; (iv) a aquisição de máquinas para substituição de linhas antigas na unidade de São Caetano do Sul; e (v) a ampliação do sistema de armazenagem e mistura de farinha de trigo na unidade industrial localizada no Rio Grande do Sul.

Durante o **primeiro trimestre de 2011** foram investidos **R\$ 0,7 milhão em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

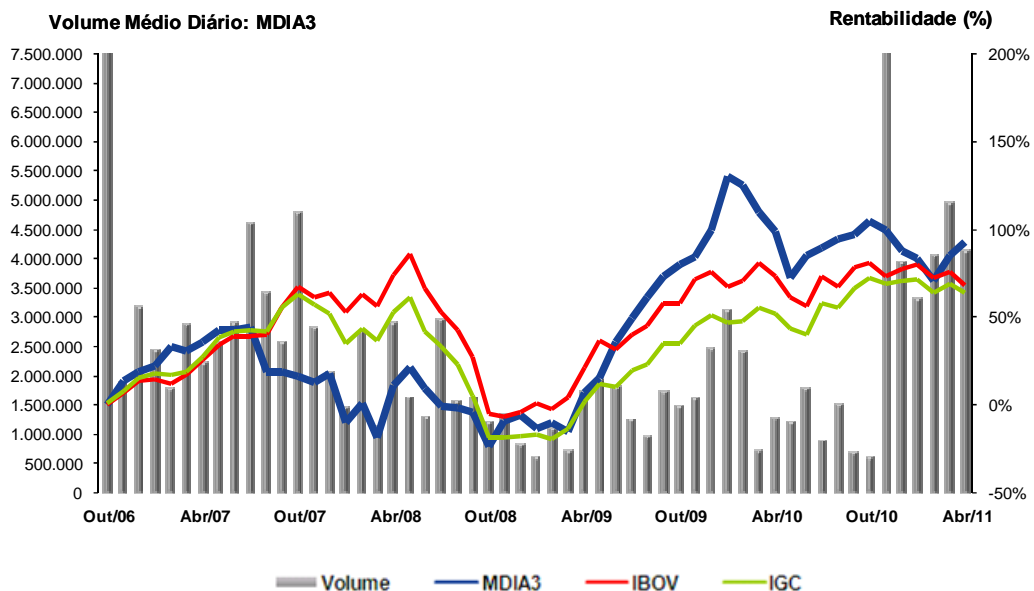
A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Adria Alimentos do Brasil Ltda.; Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

### MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (IPO) a 28 de abril de 2011 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 28 de abril de 2011, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 40,50**, representando um **valor de mercado de R\$ 4,59 bilhões**. A **média do volume diário** negociado neste período foi de **R\$ 2,6 milhões**. O Ibovespa fechou aos 65.673 pontos e o IGC em 7.343 pontos.

#### MDIA3 X IBOV X IGC

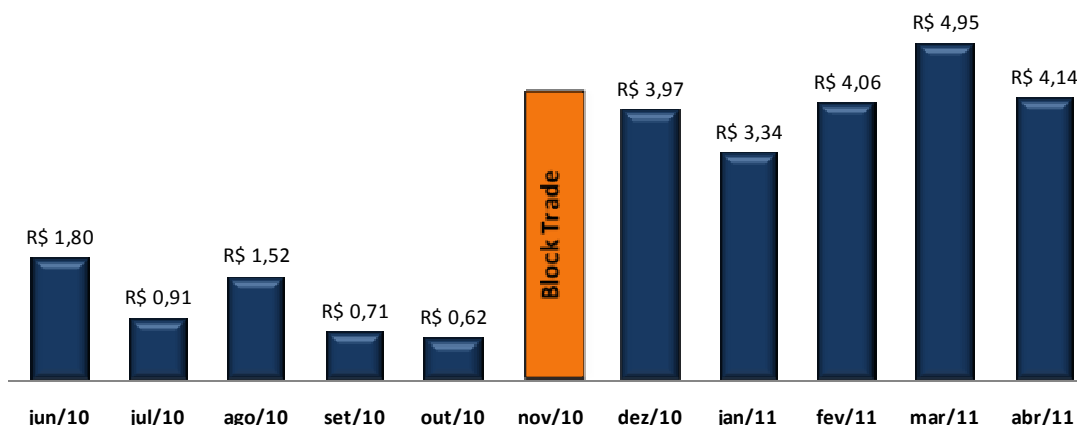
18/10/2006 a 28/04/2011



Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando os períodos de cinco meses anteriores e posteriores a novembro de 2010, constatamos que a liquidez média nos respectivos períodos evoluiu de R\$ 1,11 milhão para R\$ 4,09 milhões, registrando um crescimento de 268%, conforme apresentado no gráfico a seguir.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### MDIA3 - Média mensal do volume diário negociado (R\$ milhões)



Obs: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões. O valor apresentado em abril de 2011 é relativo ao período de 01 a 28 de abril de 2011.

### PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 11 de abril de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; (ii) a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 da seguinte forma: R\$ 2.495.012,48 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, doze reais e quarenta e oito centavos) para absorção do saldo devedor dos efeitos, apurados retroativamente ao ano de 2009, da adoção inicial das novas práticas contábeis em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010, R\$ 17.214.035,88 (Dezessete milhões, duzentos e quatorze mil, trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para reserva legal, R\$ 87.492.170,20 (Oitenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e setenta reais e vinte centavos) para pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2010, os quais deverão ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme deliberação da administração da Companhia em 31 de dezembro de 2010, R\$ 111.438.288,94 (Cento e onze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para reserva de incentivos fiscais, e R\$ 128.136.222,61 (Cento e vinte oito milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e vinte dois reais e sessenta e um centavos) para a reserva para plano de investimento estabelecida no parágrafo quarto do artigo 22 do Estatuto Social; (iii) a eleição, por maioria dos votos, dos membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo acionista controlador; (iv) alterações nos artigos 10 e 11 e exclusão do Capítulo X do Estatuto Social da Companhia; e (v) a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2011 em R\$ 13.600.000,00 (Treze milhões e seiscentos mil reais).

A Companhia comunica que os juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 87.492.170,20 (Oitenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e setenta reais e vinte centavos), representando o valor bruto de R\$ 0,7712 por ação, serão pagos integralmente no dia 29 de abril de 2011.

Em Fato Relevante publicado em 26/04/2011, a M. DIAS BRANCO anunciou que, por sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda (VITARELLA), adquiriu a NPAP Alimentos S.A., empresa que

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

industrializa e comercializa os biscoitos e massas “PILAR”, localizada em Recife – PE (<http://www.pilar.ind.br>).

A referida operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de contribuir para o aumento de sua capacidade competitiva e presença na região Nordeste.

Com esta aquisição, o market-share da M. DIAS BRANCO passará, em volume, de 22,2% para 23,4% do mercado nacional de biscoitos e de 22,4% para 24,7% do mercado nacional de massas alimentícias (A.C. Nielsen, Jan-Fev 2011). Maiores informações estão disponíveis no Fato Relevante e Press-Release arquivados junto à CVM e em nosso website de RI.

### AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes que, contratada desde 2006, não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951 e sua sede está situada no endereço Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui seis unidades de produção situadas em quatro Estados da Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), nas quais operam quatro moinhos de trigo, quatro fábricas de massas alimentícias, duas fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia também possui sete unidades destinadas a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, as quais estão localizadas nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Pará, e no Distrito Federal.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com a estrutura de produção, comercialização e distribuição das seguintes controladas diretas:

- a. Adria Alimentos do Brasil Ltda. (“Adria”) — 99,9999% de participação no capital total — adquirida em 22 de setembro de 2003, possui quatro unidades de produção, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais funcionam duas fábricas de biscoitos e três fábricas de massas alimentícias. Esse complexo é integrado a três outras unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de seus produtos, situadas nos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal; e
- b. Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”) — 99,9996% de participação no capital total — adquirida em 7 de abril de 2008, possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a três unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella e Treloso.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

## Notas Explicativas

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com a International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP, apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<b><u>Lucro Líquido</u></b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>
Controladora	81.120	69.263
Amortização do Ativo diferido	1.428	1.689
Impostos diferidos	(486)	(574)
Complemento de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	<u>119</u>	<u>115</u>
Amortização do ativo diferido	180	174
Impostos diferidos	(61)	(59)
Consolidado	<u>82.181</u>	<u>70.493</u>

<sup>1</sup> Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.

	<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Controladora	1.847.706	1.766.801
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(7.914)	(9.522)
Imposto de Renda Diferido	2.691	3.238
Consolidado	<u>1.842.483</u>	<u>1.760.517</u>

## Notas Explicativas

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2011.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias trimestrais foi dada pela diretoria em reunião realizada em 26 de abril de 2011.

### *b. Base de mensuração*

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

### *c. Moeda funcional*

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### *d. Estimativas de julgamento*

A preparação de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos trimestres em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, Imposto de Renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

### *a. Consolidação*

#### *i. Controladas e controlada em conjunto*

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das informações financeiras intermediárias é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

## Notas Explicativas

Na elaboração das informações financeiras intermediárias e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

### ii. Empresas incluídas nas informações financeiras consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	31/03/11		31/12/10	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	99,9999	-	99,9999	-
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (c)	98,33	1,66	98,33	1,66
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

### Características principais das entidades controladas incluídas na consolidação

#### *Adria Alimentos do Brasil Ltda.*

A Adria Alimentos do Brasil Ltda. iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

#### *Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.*

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macedo S.A. e Grande Moinho Cearense S.A., dois concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran. A Empresa encarrega-se da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos na descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios.

## Notas Explicativas

### *M. Dias Branco International Trading LLC*

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

### *M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.*

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

### *M. Dias Branco Argentina S.A.*

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

### *Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)*

A Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. iniciou suas atividades em 1993 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

## **b. Combinação de negócios e ágio**

Para aquisições efetuadas desde 1º de janeiro de 2009, a Companhia tem como prática mensurar o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia escolherá se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é testado anualmente para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver uma indicação de que a unidade geradora de caixa poderá estar desvalorizada.

## Notas Explicativas

### *c. Conversão de saldos em moeda estrangeira*

#### *i. Transações e saldos em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

#### *ii. Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior, são convertidas em Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pelo Grupo do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

### *d. Instrumentos financeiros não derivativos*

#### *Ativos financeiros*

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros são, inicialmente, registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição, quando aplicáveis, e podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.

## Notas Explicativas

- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo têm a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

### *Passivos financeiros*

O Grupo têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

### *Capital Social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Instrumentos próprios de capital que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

## Notas Explicativas

### *e. Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A provisão para redução do valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

### *f. Estoques*

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### *g. Investimentos*

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controladas em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

### *h. Ativo imobilizado*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos

## Notas Explicativas

arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

### *Custo Atribuído (deemed cost)*

Para fins de primeira adoção dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC, aprovados pela CVM, a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 (Deliberação CVM nº 619/09) estabeleceu que, sem configurar mudança na prática contábil do custo histórico como base de valor (item 27) e sem caracterizar a adoção da prática da reavaliação de bens (item 22), admite-se, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, que a entidade possa optar por atribuir um custo a um ou mais itens do imobilizado em substituição ao valor contábil, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43, desde que esse custo atribuído seja substancialmente superior ou inferior ao valor contábil.

O Grupo optou por não remensurar seus ativos imobilizado e intangível ao valor justo na data de transição, pois os referidos ativos já atendem de forma material e relevante os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam, na data de transição (01/01/2009), revisões quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16), inclusive, mas não somente a correção monetária pelos índices inflacionários, conforme as regras do IAS 21 e do IAS 29 ; e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados; (iv) a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido – nos termos expressamente determinados na Lei nº 6.404/76 (arts. 179, IV e 183, V e §3º, I), é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

## Notas Explicativas

Ademais, é relevante destacar que: i) o Grupo têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil; ii) os ativos imobilizados da controlada Vitarella foram adquiridos, em 7 de abril de 2008, a valores justos; iii) algumas das maiores unidades industriais da Companhia foram construídas e implantadas em meados da segunda metade da década passada, estando com seus ativos imobilizados valorizados a custos de aquisição recentes; e iv) a Companhia frequentemente investe na modernização tecnológica de suas plantas e de suas estruturas de produção, atendendo a dinâmica do próprio mercado, adquirindo os ativos correspondentes sempre a valor justo na data da transação.

### ***i. Ativos intangíveis***

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O custo do ágio apurado nas combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009 está reconhecido por seu valor contábil, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***j. Diferido***

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Controladora e suas controladas decidiram manter o saldo do ativo diferido até sua completa amortização. Está demonstrado pelos gastos incorridos, deduzido da amortização acumulada, calculada com base no método linear à taxa de 20% ao ano.

### ***k. Redução ao valor recuperável***

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### ***l. Passivos circulante e não circulante***

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### ***m. Provisões***

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### ***n. Benefícios a empregados***

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

## Notas Explicativas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### ***o. Plano de remuneração baseado em ações***

A Companhia oferece a seus executivos planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia, segundo os quais esta recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O custo de transações com executivos liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado, conhecido como *Black & Scholes*. As variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a vida média ponderada dos instrumentos e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia aos executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o exercício no qual o direito é adquirido, após o atendimento das condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

A Companhia lançou um único Programa de Opções, cujo prazo de exercício expirou em 31 de dezembro de 2010.

### ***p. Subvenção governamental***

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### ***q. Pagamentos de arrendamentos***

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

## Notas Explicativas

### *r. Apuração do resultado e reconhecimento de receita*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

### *s. Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### *t. Imposto de Renda e contribuição social - Correntes e diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 - Subvenções governamentais.

#### *i. Correntes*

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

## Notas Explicativas

### *ii. Diferidos*

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 16.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

### *u. Lucro por ação*

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

### *v. Segmento de negócios*

Um segmento operacional é definido como um componente da empresa para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da empresa na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com quatro linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

## Notas Explicativas

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### w. *Demonstrações de valor adicionado*

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### x. *Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor*

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre encerrado em 31 de março de 2011, sendo essas:

- Modificações ao IAS 32 Classificação de Direitos
- Modificações ao IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações
- Modificações ao IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo
- Revisões 2010 das IFRS

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações financeiras intermediárias, contudo, a Administração não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial.

## 4 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Caixa e bancos	17.766	17.169	23.874	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>152.439</u>	<u>25.249</u>	<u>165.585</u>	<u>32.443</u>
	<u>170.205</u>	<u>42.418</u>	<u>189.459</u>	<u>54.372</u>

## Notas Explicativas

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,37% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro 2010 e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

### 5 Contas a receber de clientes

#### Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Circulante:				
No país	157.714	144.302	294.779	271.311
No exterior	-	-	1.033	1.264
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.566)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(11.908)</u>	<u>(13.091)</u>
Total	<u>152.148</u>	<u>137.618</u>	<u>283.904</u>	<u>259.484</u>

#### Composição

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>A vencer</b>	<u>134.129</u>	<u>123.046</u>	<u>264.356</u>	<u>234.043</u>
<b>Vencidas</b>	<u>23.585</u>	<u>21.256</u>	<u>31.456</u>	<u>38.532</u>
1 a 60 dias	17.732	12.816	16.527	19.638
61 a 90 dias	215	202	1.140	1.730
91 a 180 dias	235	318	1.081	2.348
181 a 360 dias	417	1.098	2.068	2.824
mais de 360 dias	<u>4.986</u>	<u>6.822</u>	<u>10.640</u>	<u>11.992</u>
Subtotal	<u>157.714</u>	<u>144.302</u>	<u>295.812</u>	<u>272.575</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.566)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(11.908)</u>	<u>(13.091)</u>
Contas a receber	<u>152.148</u>	<u>137.618</u>	<u>283.904</u>	<u>259.484</u>

A provisão para redução do valor recuperável de cliente é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

## Notas Explicativas

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi como segue:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>6.684</u></b>	<b><u>13.091</u></b>
Constituição de provisão	772	915
Reversões / Baixas	(1.890)	(2.098)
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b><u>5.566</u></b>	<b><u>11.908</u></b>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 31 de março de 2011 com base na taxa do Certificado de Depósito Interbancário. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2010, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 39 dias (38 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2010) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

## 6 Estoques

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Produtos acabados	25.588	26.240	53.885	49.262
Produtos em elaboração	10.179	11.976	10.472	12.129
Matérias-primas	126.101	90.285	176.248	143.995
Materiais de embalagens e almoxarifado	30.477	31.002	49.872	50.073
Materiais auxiliares e de manutenção	4.672	5.348	6.427	7.649
Importações em andamento	20.121	1.376	20.124	1.391
	<u>217.138</u>	<u>166.227</u>	<u>317.028</u>	<u>264.499</u>

## 7 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
ICMS	74.354	75.674	87.312	89.871
Imposto de renda e contribuição social	22.411	26.156	24.987	29.846
PIS e COFINS	-	-	2.508	3.059
Imposto de renda retido na fonte	664	219	736	253
Outros	4.519	4.288	4.763	4.507
Total	<u>101.948</u>	<u>106.337</u>	<u>120.306</u>	<u>127.536</u>
Circulante	(38.679)	(41.512)	(49.832)	(55.674)
Não circulante	<u>63.269</u>	<u>64.825</u>	<u>70.474</u>	<u>71.862</u>

## Notas Explicativas

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente de pagamento a maior ou indevido; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos; (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte: crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras.

## 8 Investimentos

### a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Participações em companhias controladas	960.640	941.041	-	-
(-) Lucros não realizados em operações com controladoras	(3.570)	(3.633)	-	-
Outros	89	89	127	127
	<u>957.159</u>	<u>937.497</u>	<u>127</u>	<u>127</u>

### b. Movimentação dos investimentos em controladas diretas

	<u>M.Dias Branco Argentina S.A.</u>	<u>Tergran- Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.</u>	<u>M.Dias Branco Internationa l Trading LLC</u>	<u>Adria Alimentos do Brasil Ltda.</u>	<u>Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>11</u>	<u>3.480</u>	<u>347</u>	<u>186.588</u>	<u>750.615</u>	<u>941.041</u>
Equivalência patrimonial	(1)	143	(199)	8.262	11.397	19.602
Varição cambial	-	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>10</u>	<u>3.623</u>	<u>145</u>	<u>194.850</u>	<u>762.012</u>	<u>960.640</u>

**Notas Explicativas***c. Informações das investidas*

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Capital social	9.204	9.204	586.730	586.730	121	126	55.191	55.191	113	113
Quotas (ações) possuídas	3.038	3.038	586.730	586.730	121	126	55.191	55.191	113	113
Ativos Circulantes	6.137	5.323	162.431	158.105	10	11	132.768	117.293	74	274
Ativos Não Circulantes	5.515	5.650	843.436	830.950	-	-	162.470	156.950	93	95
Total de Ativos	11.652	10.973	1.005.867	989.055	10	11	295.238	274.243	167	369
Passivo Circulante	782	532	74.265	71.432	-	-	62.632	53.150	-	-
Passivo Não Circulante	-	-	169.588	167.006	-	-	37.756	34.505	22	22
Total de Passivos	782	532	243.853	238.438	-	-	100.388	87.655	22	22
Patrimônio Líquido (a)	10.870	10.441	762.014	750.617	10	11	194.850	186.588	145	347
Equivalência Patrimonial	143	406	11.397	59.415	(1)	(47)	8.262	22.353	(199)	(143)
Participação no capital social, no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	99,9996%	99,9996%	98,33%	98,33%	99,9999%	99,9999%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.623	3.480	762.012	750.615	10	11	194.850	186.588	145	347

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Receitas	2.812	-	190.064	147.765	-	-	172.544	128.735	-	35.239
Despesas	(2.377)	-	(178.667)	(137.120)	(1)	-	(164.282)	(127.070)	(199)	(34.353)
Lucro (prejuízo) líquido do período	435	-	11.397	10.645	(1)	-	8.262	1.665	(199)	886

## Notas Explicativas

### 9 Imobilizado

#### *Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)*

<b>Custo</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>321.604</b>	<b>545.885</b>	<b>28.935</b>	<b>36.879</b>	<b>86.211</b>	<b>73.281</b>	<b>1.092.795</b>
Adições	73	195	110	119	4	13.078	13.579
Baixas	-	(113)	(17)	(551)	-	(19)	(700)
Transferências	(10)	1.712	(1.966)	(901)	301	864	-
Saldo em 31 março de 2011	<b>321.667</b>	<b>547.679</b>	<b>27.062</b>	<b>35.546</b>	<b>86.516</b>	<b>87.204</b>	<b>1.105.674</b>

#### *Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)*

<b>Depreciação</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>(85.339)</b>	<b>(313.316)</b>	<b>(15.015)</b>	<b>(31.533)</b>	<b>(43.267)</b>	<b>(23.036)</b>	<b>(511.506)</b>
(+) Depreciação/Amortização	(2.468)	(5.498)	(539)	(156)	(1.096)	(434)	(10.191)
Baixas	-	109	14	519	-	20	662
Transferências	1	(4)	(4)	7	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2011	<b>(87.806)</b>	<b>(318.709)</b>	<b>(15.544)</b>	<b>(31.163)</b>	<b>(44.363)</b>	<b>(23.450)</b>	<b>(521.035)</b>
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	236.265	232.569	13.920	5.346	42.944	50.245	581.289
Saldo em 31 de março de 2011	233.861	228.970	11.518	4.383	42.153	63.754	584.639

#### *Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)*

<b>Custo</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>438.804</b>	<b>823.544</b>	<b>39.893</b>	<b>46.027</b>	<b>119.106</b>	<b>177.199</b>	<b>1.644.573</b>
Adições	78	772	149	213	101	<sup>(1)</sup> 31.417	32.730
Baixas	-	(334)	(19)	(596)	(9)	(200)	(1.158)
Transferências	(19)	2.854	(1.957)	(902)	471	(447)	-
Saldo em 31 de março de 2011	<b>438.863</b>	<b>826.836</b>	<b>38.066</b>	<b>44.742</b>	<b>119.669</b>	<b>207.969</b>	<b>1.676.145</b>

Nota: <sup>1</sup> refere-se substancialmente a máquinas em montagem (R\$26.156) e Obras em andamento (R\$4.952)

**Notas Explicativas****Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)**

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(106.132)	(429.011)	(20.942)	(37.119)	(47.640)	(26.923)	(666.867)
(+) Depreciação/Amortização	(3.337)	(8.449)	(911)	(239)	(1.588)	(812)	(15.336)
Baixas	-	231	15	552	8	199	1.005
Transferências	1	(4)	(4)	7	(1)	1	-
Saldo em 31 de março de 2011	(109.468)	(437.233)	(20.942)	(36.799)	(49.221)	(27.535)	(681.198)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	332.672	394.533	19.851	8.908	71.466	150.276	977.706
Saldo em 31 de março de 2011	329.395	389.603	17.124	7.943	70.448	180.434	994.947

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizados estão assim demonstradas:

**Taxas de depreciação (a.a)**

	31/03/2011	31/03/2010
Máquinas e equipamentos	6,67%	6,67%
Instalações	6,67%	6,67%
Edificações	3,33%	3,33%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Veículos	8%	8%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de computação	20%	20%
Outros	20%	20%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 31 de março de 2011 foi de R\$ 15.336 (R\$ 12.731 em 31 de março 2010).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

**Notas Explicativas****10 Intangível**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Marcas e patentes	1.515	1.498	128.225	128.175
Software	8.992	8.967	9.558	9.526
(-) Amortização acumulada	<u>(5.078)</u>	<u>(4.872)</u>	<u>(24.615)</u>	<u>(24.403)</u>
	5.429	5.593	113.168	113.298
Ágio pago por rentabilidade futura	-	-	474.127	474.127
(-) Amortização acumulada	-	-	<u>(29.996)</u>	<u>(29.996)</u>
			444.131	444.131
	<u>5.429</u>	<u>5.593</u>	<u>557.299</u>	<u>557.429</u>

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e estar representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002, no montante de R\$9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$34.037; (ii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$400.710. No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$107.011.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, a Companhia adquiriu o controle da Vitarella em 7 de abril de 2008. A aquisição foi realizada pelo valor determinado de R\$ 595.500 e uma parcela adicional de R\$ 69.571. O ágio apurado nessa aquisição foi de R\$ 563.289 e foi desmembrado no sentido de segregar a parcela do ágio decorrente da diferença entre o valor justo e valor contábil:

	<b>R\$</b>
Ágio decorrente da diferença entre o valor justo e contábil dos ativos adquiridos	55.568
Ativo intangível identificado - Marca Vitarella	107.011
Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura	<u>400.710</u>
<b>Total</b>	<u><b>563.289</b></u>

O saldo do ágio pago sobre rentabilidade futura permaneceu inalterado para todos os períodos apresentados.

Os demais ativos intangíveis apresentaram a seguinte movimentação:

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>4.095</b>	<b>1.498</b>	<b>4.157</b>	<b>109.141</b>
Aquisições	25	17	32	50
Amortizações	(206)	-	(212)	-
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b>3.914</b>	<b>1.515</b>	<b>3.977</b>	<b>109.191</b>

(\*) *vida útil indefinida*

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 699 no trimestre findo em 31 de março de 2011 (R\$ 680 em 31 de março de 2010).

***Teste de valor recuperável do ágio e marca***

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ágios e do ativo intangível marca, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - as controladas Adria e Vitarella - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 9,2% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 12,2%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do exercício de 5 anos foi de 4,5%.

## Notas Explicativas

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

### 11 Diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	55.497	55.497	-	-
(-) Amortização acumulada	(49.202)	(47.774)	-	-
	<u>6.295</u>	<u>7.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não sejam relevantes ou não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades industriais instaladas em Salvador (BA), em Cabedelo (PB), em Natal (RN) e em Fortaleza (CE) - neste caso a fábrica de margarinas e gorduras vegetais - até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de cinco anos e não há, até o presente momento, qualquer indicador de que possa ter havido perda de valor dos mesmos.

De acordo com as IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível. Desta forma, para efeito de demonstração consolidada o saldo do ativo diferido foi baixado, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 2.

### 12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre o Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Principal natureza das transações</u>
<b>Controladas</b>	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Trading LLC	Compra de matéria-prima;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);

## Notas Explicativas

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Principal natureza das transações</b>
<b>Controlada em conjunto</b> Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;
<b>Outras partes relacionadas</b> Dias Branco Administração e Participação Ltda. Idibra Participações Ltda. Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda. Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.  LDB Transporte de Cargas Ltda. Terminal Portuário Cotegipe S.A.  Porto Cotegipe Logística Ltda. Rowena S.A.	Ressarcimento de despesas comuns; Não houve transações no período; Compra de combustível; Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço; Transporte de cargas; Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados; Não houve transações no período; Arrendamento de aeronave.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 31 de março de 2011 é de R\$18.888 (R\$19.999 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com as controladas Adria e Vitarella, bem como com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

### ***Condições das transações com as principais partes relacionadas***

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com a controlada Adria, a condição de venda é com prazo de pagamento de 25 dias após o faturamento, enquanto que para a controlada Vitarella, o prazo para pagamento é 20 dias. Já as controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a receber</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	7.078	9.068	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	22.072	12.556	-	-
	<u>29.150</u>	<u>21.624</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outras contas a receber/Partes relacionadas</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	408	345	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	856	782	856	782
	<u>1.264</u>	<u>1.127</u>	<u>856</u>	<u>782</u>
<b>Ativo não - Circulante</b>				
<b>Investimentos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	191.280	182.955	-	-
M.Dias Branco Argentina S.A	10	11	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	145	347	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza	3.623	3.480	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	762.012	750.615	-	-
	<u>957.070</u>	<u>937.408</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	2	634	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	153	306	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda	1	1	1	1
LDB Transporte de Cargas Ltda.	257	249	4	249
	<u>413</u>	<u>1.190</u>	<u>5</u>	<u>250</u>
<b>Outras Contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	171	108	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	-	-
	<u>1.371</u>	<u>1.308</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não-circulante</b>				
<b>Contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	10	10	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	3	3	-	-
	<u>13</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
<b>Resultado</b>				
<b>Receita de venda de produtos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	26.796	28.696	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	36.012	19.680	-	-
	<u>62.808</u>	<u>48.376</u>		<u>-</u>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	1.280	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	-	34.112	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	15	-	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	801	-	-	-
	<u>816</u>	<u>35.392</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Despesas de vendas</b>				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	800	960	800	960
LDB Transporte de Cargas Ltda.	3.808	5.788	3.808	5.788
	<u>4.608</u>	<u>6.748</u>	<u>4.608</u>	<u>6.748</u>
<b>Despesas administrativas</b>				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(1.395)	2	(1.395)	2
Rowena S.A	905	988	905	988
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	13	9	13	9
	<u>(477)</u>	<u>999</u>	<u>(477)</u>	<u>999</u>
<b>Resultado da Participação Societária</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	8.262	1.665	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	(199)	885	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	11.397	10.644	-	-
M.Dias Branco Argentina	(1)	-	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	143	-	-	-
	<u>19.602</u>	<u>13.194</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

***Remuneração do pessoal-chave da Administração***

Em 31 de março de 2011 a Companhia registrou o montante de R\$ 2.452 (R\$ 2.201 em 31 de março de 2010) e relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo,

## Notas Explicativas

inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões, benefícios de aposentadoria, salvo o plano de concessão de opções (*stock options*) cuja única e última outorga se deu apenas no ano de 2006 e o direito de exercer expirou em 31 de dezembro de 2010.

### 13 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras

#### Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	31/03/11	31/12/10
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	1,93%(2,04% em 31.12.10)	15/10/2013	2.319	2.756
BNDES- PSI	R\$	4,66%(4,51% em 31.12.10)	15/10/2020	28.570	19.990
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	-	10/06/2011	14	24
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	30/03/2014	16.922	15.946
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	-	20/04/2012	3.192	2.963
BNB – FNE	-	10,00%	29/09/2015	43.005	45.394
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%	15/03/2013	2.349	2.685
BNB- FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	731	1.170
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	695	747
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	<u>274</u>	<u>300</u>
				<u>98.071</u>	<u>91.975</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53% Libor* +	02/03/2012	113.131	-
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	1,50%	30/10/2014	<u>4.463</u>	<u>4.445</u>
				<u>117.594</u>	<u>4.445</u>
				<u>215.665</u>	<u>96.420</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(136.022)	(22.616)
Passivo não circulante				<u>79.643</u>	<u>73.804</u>

\* Libor semestral

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>Indexador</b>	<b>Juros (a.a.)</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	1,56% (1,94% em 31.12.10)	15/02/2018	13.190	15.973
BNDES- PSI	R\$	4,63% (4,50% em 31.12.10)	15/10/2020	59.162	46.281
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	-	10/06/2011	14	24
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	31/03/2014	16.922	15.946
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	-	20/04/2012	3.192	2.963
BNB – FNE	-	10,00%	11/01/2016	90.091	95.574
MADERMAQ (Pós)	TJLP	1,03% (1,11% em 31.12.10)	15/03/2013	2.349	2.685
BNB - FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	731	1.170
BNDES Automático	TJPL	2,49%	15/07/2014	695	747
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	<u>274</u>	<u>300</u>
				<u>186.620</u>	<u>181.663</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53%	02/03/2012	113.131	-
		1,50% (Libor* + 2,11% em 31.12.10)			
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF		30/10/2014	<u>4.463</u>	<u>4.445</u>
				<u>117.594</u>	<u>4.445</u>
				<u>304.214</u>	<u>186.108</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(154.057)</u>	<u>(41.013)</u>
Passivo não circulante				<u>150.157</u>	<u>145.095</u>

\* Libor semestral

Os contratos do BNDES e FNE têm o exercício de carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o exercício de carência e após o exercício de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal. No caso dos financiamentos de tributos, os vencimentos de principal e juros são trimestrais, por triênio e anual, para o PROADI, PROVIN e DESENVOLVE, respectivamente.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Ano de vencimento:				
2012	26.848	24.857	48.980	49.172
2013	16.201	15.903	29.019	28.721
2014	14.514	13.392	24.849	23.664
2015	8.330	9.651	18.562	19.450
2016 e 2020	<u>13.750</u>	<u>10.001</u>	<u>28.747</u>	<u>24.088</u>
Total	<u>79.643</u>	<u>73.804</u>	<u>150.157</u>	<u>145.095</u>

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 304.214 (R\$ 186.108 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

**14 Financiamentos diretos - Aquisição de Empresa**

Trata-se de dívida contraída junto ao próprio vendedor para pagamento das quotas da Vitarella. O valor de aquisição fixou o preço em três partes: (i) a parcela livre do preço de aquisição já determinado na data do contrato completamente paga; (ii) a parcela do preço a determinar, que foi fixada em 30 de abril de 2008, já liquidada integralmente; e (iii) a parcela retida do preço de aquisição correspondente a R\$ 92.452 em 31 de março de 2011, a qual se presta à garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, a ser amortizada em duas parcelas com vencimentos em 04/10/2012 e em 04/04/2013. Todas as parcelas do preço de aquisição são remuneradas à taxa de 100% do CDI.

O pagamento do saldo do instrumento de cessão das quotas da Vitarella está garantido pelo penhor das próprias quotas objeto da compra e pela hipoteca do imóvel sede da empresa adquirida e por ações de emissão da Companhia de propriedade do acionista controlador.

## Notas Explicativas

### 15 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 31 de março de 2011, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,15% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,85% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 42% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 58% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Trabalhistas e cíveis	8.189	7.903	24.194	23.692
Tributárias	17.819	17.707	22.884	22.474
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>27.525</u>	<u>27.127</u>	<u>48.595</u>	<u>47.683</u>

#### *Movimentação dos processos no período*

<b>Controladora</b>	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>7.903</u></b>	<b><u>17.707</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>27.127</u></b>
Adições	286	112	-	398
Baixas/reversões	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b><u>8.189</u></b>	<b><u>17.819</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>27.525</u></b>

**Notas Explicativas**

<b>Consolidado</b>	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>23.692</u></b>	<b><u>22.474</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>47.683</u></b>
Adições	679	410	-	1.089
Baixas/reversões	(177)	-	-	(177)
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b><u>24.194</u></b>	<b><u>22.884</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>48.595</u></b>

- **Natureza dos processos**

***Cíveis e trabalhistas***

O Grupo figura como ré em aproximadamente 391 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 21.159 e R\$ 3.035, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

***Tributárias***

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	14.022	13.910	14.022	13.910
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (b)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (c)	-	-	903	850
COFINS - Depósito judicial (c)	-	-	4.162	3.917
	<u>17.819</u>	<u>17.707</u>	<u>22.884</u>	<u>22.474</u>

(a) A Companhia defende-se de autuações fiscais lavradas em 2004 referentes à exclusão da contribuição social da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e seus assessores jurídicos, em função, principalmente, da jurisprudência desfavorável. As parcelas dos autos de infração provisionadas estão sendo atualizadas pela taxa SELIC. O processo encontra-se atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em

## Notas Explicativas

2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.

- (c) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$ 230.206 (R\$ 229.440 em 31 de dezembro de 2010). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

**Autos de Infração do IRPJ e CSLL:** a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$93.945, atualizados até 31 de março de 2011. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciado, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, exceto para alguns aspectos onde o valor importa em R\$14.022, cuja avaliação é de perda provável, já devidamente provisionado.

**Autos de Infração do PIS e COFINS:** foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando à exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações na apuração desses tributos: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo os valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor

## Notas Explicativas

atualizado, até 31 de março de 2011, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$106.786 . Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem, em grande parte, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento. Contra tal decisão a Companhia já interpôs os Embargos de Declaração, a respeito da solução criada pelo Acórdão para justificar os 75% do valor autuado que excede o valor das infrações discriminadas no Auto. O Embargo ainda não foi apreciado. Quanto ao outro processo – relacionado à COFINS - ainda aguarda o julgamento do Recurso Voluntário.

**Ações judiciais de cunho ambiental:** a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com a mais recente decisão judicial proferida os autos deverão ser encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Em função disso, considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

## 16 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	1.596	1.885	2.069	2.337
Provisão para contingências	9.358	9.223	11.700	11.519
Lucros não realizados em operações com controladas	1.214	1.235	1.214	1.235
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	2.691	3.236
Outras provisões	2.948	6.138	5.305	8.683
	<u>15.116</u>	<u>18.481</u>	<u>22.979</u>	<u>27.010</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social da controlada Adria em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Baseada no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

<b>Período</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/12/10</b>
2011	7.446	10.924
2012	2.143	2.264
2013	1.427	1.473
2014	1.567	1.697
2015	1.429	1.349
2016 a 2018	<u>8.967</u>	<u>9.303</u>
Total	<u>22.979</u>	<u>27.010</u>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos são decorrentes de diferenças temporárias, relativas à amortização, apenas para fins fiscais, do ágio pago por rentabilidade futura, constituídas de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e por diferenças de despesas de depreciação de ativos calculadas a partir de taxas definidas de acordo com o tempo de vida útil e por taxas fiscais, em decorrência da opção pelo RTT.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	89.977	79.742	99.021	85.968
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	30.592	27.112	33.667	29.229
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	207	850	690	965
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como Receitas pela legislação tributária	(14.190)	(10.379)	(8.874)	(6.723)
Efeito do não reconhecimento do crédito da base negativa da contribuição social na Adria	-	-	(237)	-
Outros itens	(1.225)	(84)	(1.879)	(976)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>15.384</u>	<u>17.499</u>	<u>23.367</u>	<u>22.495</u>
Receita isenta de imposto de renda (Subvenção Governamental)	(6.527)	(7.020)	(6.527)	(7.020)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>8.857</u>	<u>10.479</u>	<u>16.840</u>	<u>15.475</u>
Alíquota efetiva	<u>9,84%</u>	<u>13,14%</u>	<u>17,01%</u>	<u>18,00%</u>

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 19 - Subvenções governamentais.

**17 Patrimônio líquido****a. Capital social**

Em 28 de fevereiro de 2011, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 31.267, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$777.796 (746.529 em 31.12.2010).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações, ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 28.419.196 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,05% do total, mas em função da aquisição de 13.000 ações de administradores, realizadas ao longo de 1º trimestre de 2011, as ações em circulação atingiram 28.406.196, 25,03% do total, em 31 de março de 2011.

## Notas Explicativas

### ***b. Reservas***

#### *Reserva legal*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### *Reservas de incentivos fiscais*

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 19 - Subvenções governamentais.

#### *Reservas para plano de investimento*

É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

#### *Reserva especial - Lei nº 8.200/1991*

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.

### ***c. Ações em tesouraria***

A Companhia mantém ações em tesouraria para atender ao “Plano de Opções de Compra de Ações” ou posterior cancelamento.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu o montante de 12.623 ações, a preço de mercado na Bolsa de Valores, cujo preço médio foi de R\$ 38,72 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de 38,45 e R\$ 38,81, respectivamente. O valor total da compra foi R\$ 489 e os recursos foram oriundos da conta de reservas de lucros. No mesmo período, em decorrência do exercício do Plano de Opções de Compra de Ações, a Companhia alienou a totalidade da quantidade de ações adquiridas. Nessa transação foi apurado um resultado líquido negativo na ordem de R\$ 212, que foi baixado das opções outorgadas reconhecidas.

Em 31 de março de 2011, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

### ***d. Remuneração de acionistas***

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

### *e. Ajuste de avaliação patrimonial*

O ajuste de avaliação patrimonial inclui ajuste de valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### *f. Ajuste de acumulados de conversão*

O ajuste acumulados de conversão inclui variação cambial de investimentos no exterior.

## 18 Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui um plano de opção de compra de ações que tem por objetivos: i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos administradores e empregados, seus e de suas controladas, adquirir ações da Companhia, nos termos, nas condições, e no modo previstos no Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia; e ii) possibilitar à Companhia e às suas controladas obter e manter os serviços de administradores e empregados de alto nível, oferecendo a tais executivos e empregados, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

O Plano é executado através de Programas criados por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração; as opções representarão o máximo de 1% do total de ações do capital da Companhia existentes na data de lançamento de cada Programa e não podem participar do Plano os diretores estatutários e/ou empregados ou qualquer outro executivo que já detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% das ações da Companhia.

O único Programa de Opções da Companhia, pelo qual foram concedidas 620.000 opções, representando 0,53% do total de ações, distribuídas entre 36 executivos, cujo direito de aquisição das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2007, expirou em dezembro de 2010. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, existia um montante de 12.621 opções a serem exercidas (0,14% do total de ações). A Companhia tinha um prazo de 90 dias para atender a solicitação do direito de exercício já manifestada pelos executivos que foi devidamente cumprido.

### *Resumo da movimentação do plano*

	31/03/11		31/12/10	
	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções
Saldo inicial das ações	21,94	12.621	21,94	157.860
Outorgadas	-	-	-	-
Perdidas	-	-	-	-
Opções exercidas	-	(12.621)	-	(145.239)
Saldo final das opções	21,94	-	21,94	12.621
				12.621
Exercíveis no final do exercício	-	-	-	-

## Notas Explicativas

Tendo em vista que todas as opções foram exercidas, o saldo remanescente das Opções Outorgadas Reconhecidas, no montante de R\$974, correspondente as opções canceladas ou perdidas, foi transferido para reservas de lucros, em conformidade com item 23 do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

### 19 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas elas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento.

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Parecer Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimento estaduais, em razão de serem calculadas com base no ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado como dedução dos custos dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A Companhia reconhece os incentivos fiscais em regime de competência, independente do momento em que os realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto desses benefícios; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto do benefício.

No encerramento do exercício social, a parcela de lucro que decorre desse trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

## Notas Explicativas

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

### 19.1 Incentivos fiscais estaduais

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia fez jus a R\$ 26.100(R\$ 19.773 em 31 de março de 2010) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

#### 19.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

#### 19.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, considerando os novos investimentos realizados em sua modernização e expansão, a subvenção foi estendida para novembro de 2024 através dos Ofícios CEDIN Nos. 212/2010 (unidade de gorduras e margarinas especiais) e 213/2010 (unidade de moagem de trigo).

#### 19.1.3 *PROADI - Estado do Rio Grande do Norte*

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os

## Notas Explicativas

investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A subvenção foi originalmente concedida até fevereiro de 2010, mas em função dos novos investimentos na modernização da planta, foi recentemente estendida para agosto de 2020.

### **19.1.4 FAIN - Estado da Paraíba**

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da subvenção se estende até novembro de 2015.

### **19.1.5 PRODEPE - Estado de Pernambuco**

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto no. 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o estado, no caso de aquisição do exterior ou de estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção ocorreu em 8 de janeiro de 2004, produzindo efeitos desde outubro de 2003 até setembro de 2015.

### **19.1.6 FUNDOPEM - Estado do Rio Grande do Sul**

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial no município de Bento Gonçalves (RS), onde foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Adria. Tal subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido no FUNDOPEM/RS. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de desconto de 60,0% sobre o valor do ICMS devido. O desconto é operado

## Notas Explicativas

mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da subvenção se estende até setembro de 2011.

### 19.2 Incentivo fiscal federal

No âmbito das regras de incentivos fiscais federais, consistentes na redução do Imposto de Renda pessoa jurídica devido, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Companhia é beneficiária atualmente de redução de 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora, exceto a unidade Grande Moinho Potiguar (Natal – RN) e da controlada Vitarella sediadas no Nordeste do Brasil.

Em 22 de dezembro de 2010 foi aprovado, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o pleito de incentivo fiscal da unidade Moinho Dias Branco, tendo em vista ter comprovado a realização dos investimentos previstos no projeto de modernização total da unidade industrial sediada em Fortaleza (CE), nos termos previstos na legislação federal de incentivo ao desenvolvimento do Nordeste. O incentivo, que antes estava em 12,5% do valor do imposto de renda, passou a ser 75% (desde janeiro de 2010 até dezembro de 2019).

Durante o período findo em 31 de março de 2011, o Grupo fez jus a R\$ 6.527 (R\$ 7.020 em 31 de março de 2010) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

Os prazos de vigência das subvenções federais concedidas estão detalhados a seguir:

<b>Unidades industriais</b>	<b>Percentual de redução do IRPJ</b>	<b>Período de validade</b>
Fábrica de Biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de Gorduras e Margarinas Especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Massas e de Biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de Trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de Biscoitos e de Massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018

O Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, o Grupo não descumpriu qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

## Notas Explicativas

### 20 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
<b>Receita bruta:</b>	476.022	392.046	763.710	664.550
Mercado interno	475.965	387.681	761.266	599.779
Mercado externo	57	168	934	1.990
Outras receitas	-	4.197	934	62.781
Devoluções e cancelamentos	(5.006)	(4.378)	(11.379)	(10.927)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(56.996)</u>	<u>(47.953)</u>	<u>(105.163)</u>	<u>(91.671)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>414.020</u>	<u>339.715</u>	<u>647.168</u>	<u>561.952</u>

### 21 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 3, item v, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,7% da receita bruta consolidada no trimestre findo em 31 de março de 2011 (90,1% em 31 de março de 2010). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 20.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Biscoitos	156.646	129.209	347.904	303.591
Massas	62.046	55.733	135.797	128.117
Farinha e farelo	164.417	128.399	137.197	105.736
Margarinas e gorduras	30.911	26.374	24.706	22.679
Diversos	-	-	1.564	1.829
Receita Líquida	<u>414.020</u>	<u>339.715</u>	<u>647.168</u>	<u>561.952</u>

Em 31 de março de 2011 não houve clientes que individualmente representasse mais que 5,5% (5,1% em 31 de março de 2010) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

**Notas Explicativas****22 Custo dos produtos vendidos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>
Matéria-prima	<u>206.486</u>	<u>148.362</u>	<u>288.095</u>	<u>231.685</u>
- Trigo	149.221	108.710	154.144	111.796
- Óleo	33.867	21.039	33.674	21.153
- Açúcar	9.036	7.196	22.951	19.439
- Farinha de terceiros	-	-	29.540	35.540
- Gordura de terceiros	-	-	15.643	16.369
- Outros	14.362	11.417	32.143	27.388
Embalagens	24.237	21.447	43.612	37.814
Mão de obra	24.688	20.297	47.546	38.088
Gastos gerais de fabricação	20.532	18.877	32.317	28.997
Depreciação e amortização	8.125	6.837	11.771	9.117
Diversos	469	67	784	1.917
Incentivos fiscal - ICMS	<u>(21.871)</u>	<u>(17.331)</u>	<u>(25.972)</u>	<u>(19.773)</u>
	<u>262.666</u>	<u>198.556</u>	<u>398.153</u>	<u>327.845</u>

**23 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>	<b>31/03/11</b>	<b>31/03/10</b>
Despesas com marketing e vendas	17.464	18.607	43.429	48.377
Despesas com fretes	13.206	12.130	25.292	24.193
Honorários da administração	1.962	1.747	1.962	1.747
Despesas de benefícios a empregados	34.427	30.787	58.361	52.643
Encargos de depreciação e amortização	3.483	3.953	3.314	3.060
Despesas tributárias	2.313	2.206	3.650	4.045
Outras despesas administrativas	<u>8.623</u>	<u>5.245</u>	<u>12.161</u>	<u>8.334</u>
	<u>81.478</u>	<u>74.675</u>	<u>148.169</u>	<u>142.398</u>

## Notas Explicativas

### 24 Resultado Financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.285	180	2.778	1.085
Variações monetárias/cambiais ativas	2.959	10.681	3.383	11.583
Outros	1.647	726	1.926	2.143
	<u>6.891</u>	<u>11.587</u>	<u>8.087</u>	<u>14.811</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(2.011)	(3.040)	(3.446)	(4.666)
Variações monetárias/cambiais passivas	(82)	(5.744)	(215)	(6.292)
Outros	(1.457)	(740)	(4.261)	(7.041)
	<u>(3.550)</u>	<u>(9.524)</u>	<u>(7.922)</u>	<u>(17.999)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>3.341</u>	<u>2.063</u>	<u>165</u>	<u>(3.188)</u>

### 25 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Atualmente a Companhia não mantém qualquer instrumento financeiro derivativo.

#### *Instrumentos financeiros por categoria*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
<b>Ativos financeiros destinados a venda</b>				
Aplicações financeiras	-	-	10.855	10.578
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	170.205	42.418	189.459	54.372
Contas a receber de clientes	152.148	137.618	283.904	259.484
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.264	1.127	856	782
Outros créditos	10.747	9.880	14.838	14.463
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	28.295	35.920	61.359	62.380
Financiamentos com instituições financeiras	215.665	96.420	304.214	186.108
Financiamentos diretos	-	-	92.452	90.092
Contas a pagar	6.335	8.692	15.577	13.051

## Notas Explicativas

### *Mensuração do valor justo*

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo estão classificados como Nível 2.

Em 31 de março de 2011, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros destinados a venda</b>				
Aplicações financeiras	-	-	10.855	10.855
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	170.205	170.205	189.459	189.459
Contas a receber de clientes	152.148	152.148	283.904	283.904
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.264	1.264	856	856
Outros créditos	10.747	10.747	14.838	14.838
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	28.295	28.295	61.359	61.359
Financiamentos com instituições financeiras	215.665	211.116	304.214	294.236
Financiamentos diretos	-	-	92.452	90.322
Contas a pagar	6.335	6.335	15.577	15.577

### *Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos*

#### *Aplicações financeiras*

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (5,5% a.a).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa cotada na data das informações financeiras intermediárias é a mesma da contratação dos financiamentos.

Com relação a dívida decorrente da aquisição da Vitarella, que conforme contrato é atualizada pelo CDI, somente, o valor justo foi determinado considerando também um *spread* de 1,33%, de forma a refletir as condições de mercado.

## Notas Explicativas

### *Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo*

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### **Gerenciamento de riscos**

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

A seguir descrevemos, sumariamente, os principais pontos das Diretrizes de Gestão de Riscos:

**Identificação** - o processo de identificação dos riscos deve tomar por base o planejamento estratégico da Companhia, a partir do qual são mapeados os riscos que podem vir a comprometer o cumprimento das metas caso estes venham se materializar;

**Avaliação** – os riscos devem ser avaliados de acordo com os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto sobre o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia;

**Tratamento** – os riscos identificados e avaliados devem ser tratados segundo a resposta que a gestão definir para os mesmos, consistindo em: evitar, aceitar, prevenir, reduzir e transferir;

**Responsabilidade** – cada gestor da Companhia deve ser responsável, no âmbito de atuação das áreas sob sua gestão, pela execução das atividades de controle e/ou de implementação dos planos de ação mitigadores dos riscos, objetivando reduzir o impacto e probabilidade de ocorrência dos mesmos, conforme o tratamento definido;

**Monitoramento** - as atividades de controle e/ou implementação dos planos de ação devem ser regularmente reportadas aos níveis hierárquicos superiores, cabendo a estes a avaliação da eficácia e eficiência das ações respectivas.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

#### *a. Risco de crédito*

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que

## Notas Explicativas

considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 11.908 (R\$ 13.091 em 31 de dezembro de 2010) representativos de 4,03% (4,80% em 31 de dezembro de 2010) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

### *b. Risco de liquidez*

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 13 e 14.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

### *c. Risco de preço das commodities*

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode

## Notas Explicativas

ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commodity*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 31 de março de 2011, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura no montante de 138.000 toneladas (145.392 toneladas em 31 de dezembro de 2010), equivalente a US\$ 46.000.

### *Análise de sensibilidade – Contratos de compra de trigo para entrega futura*

Considerando que o risco envolvido sobre os contratos futuros firmados até 31 de março de 2011, restringe-se a risco de variação cambial, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,6287, no mesmo patamar de fechamento em 31 de março de 2011; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,0359; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,4431:

### **Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b> Câmbio de 1,6287	<b>Cenário Possível</b> Câmbio de 2,0359	<b>Cenário Remoto</b> Câmbio de 2,4431
<b>Contratos futuros em US\$</b>	Variação do dólar	-	(R\$18.731)	(R\$37.462)

#### *d. Risco de taxa de câmbio*

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação de trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira ou, quando operacionalmente inviável, manter hedge natural, total ou parcial, com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial. Desta forma, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial. Contudo, a Companhia não descarta *a priori* a contratação de instrumentos derivativos com a finalidade específica de hedge ou como parte de operações

## Notas Explicativas

estruturadas (soluções financeiras compostas por derivativos e outros instrumentos sem assumir risco no ativo-subjacente). Nestes casos, a aprovação da operação deverá seguir as Diretrizes e Políticas internas de Gestão de Riscos da Companhia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	117.594	4.445	117.594	4.445
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(71)	(271)
Déficit apurado (a-b)	<u>117.594</u>	<u>4.445</u>	<u>117.523</u>	<u>4.174</u>

Em razão de necessidades de caixa circunstanciais, dado os compromissos de pagamentos assumidos em abril de 2011, em especial o pagamento dos juros sobre o capital próprio, a Companhia optou por privilegiar a compra de matéria prima (trigo) através de linhas de financiamento, registrando, assim, um descasamento de caráter transitório que será revertido ao longo de 2011.

Em 31 de março de 2011, o Dólar encerrou com variação no trimestre (desvalorização) em relação ao Real de aproximadamente 2,25% (2,29% de valorização em 31 de março de 2010).

### *Análise de sensibilidade*

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17/10/2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação em decorrência do descasamento cambial, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,6287, no mesmo patamar de fechamento em 31 de março de 2011; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,0359; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,4431:

### **Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b> Câmbio de 1,6287	<b>Cenário Possível</b> Câmbio de 2,0359	<b>Cenário Remoto</b> Câmbio de 2,4431
<b>Descasamento cambial</b>	Variação do dólar	-	(R\$ 29.383)	(R\$58.765)

## Notas Explicativas

### e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2011, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$128.799, correspondendo a 32,47% do total do endividamento da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>152.439</u>	<u>25.249</u>	<u>175.920</u>	<u>32.443</u>
	<u>152.439</u>	<u>25.249</u>	<u>175.920</u>	<u>32.443</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Taxas pré-fixadas	72.306	66.554	149.984	143.025
Financiamento em moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	117.594	4.445	117.594	4.445
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	25.477	25.097	128.799	128.406
Outros	<u>288</u>	<u>324</u>	<u>288</u>	<u>324</u>
	<u>215.665</u>	<u>96.420</u>	<u>396.665</u>	<u>276.200</u>

Nota 1: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio

#### Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

#### Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

Em 31 de março de 2011, a Companhia não apresentou exposição líquida dos empréstimos e financiamentos indexados ao CDI e TJLP, tendo em vista que os saldos de aplicações financeiras também mantidas a CDI superaram o endividamento, no montante de R\$47.121. Assim, a análise de sensibilidade levou em consideração um queda de no máximo de 20% na taxa CDI (representando uma redução de aproximadamente 2,3% pontos percentuais), o que poderia acarretar na redução do resultado financeiro de aproximadamente R\$1,1 milhões.

Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2011 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

#### Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com

## Notas Explicativas

base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão assim demonstrados:

### Consolidado

	31/03/11	31/12/10
<b>Dívida de Financiamentos e Empréstimos</b>	396.666	276.200
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.459)	(54.372)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(10.855)	(10.578)
<b>Dívida Líquida</b>	196.352	211.250
Patrimônio Líquido	1.842.483	1.760.517
<b>Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (%)</b>	<b>10,66%</b>	<b>12,00%</b>

## 26 Lucro por ação

### Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período findo em 31 de março de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o período findo em 31 de março de 2010, conforme o quadro abaixo:

Em milhares	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Resultado do exercício	<u>81.120</u>	<u>69.263</u>	<u>82.181</u>	<u>70.493</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>81.120</u>	<u>69.263</u>	<u>82.181</u>	<u>70.493</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.305	113.450	113.305
Efeito de compra de ações próprias	(13)	-	(13)	-
Efeito de opções de ações exercidas	13	103	13	103
Saldo em 31 de março	<u>113.450</u>	<u>113.408</u>	<u>113.450</u>	<u>113.408</u>
Média ponderada de ações	<u>113.445</u>	<u>113.420</u>	<u>113.445</u>	<u>113.420</u>
Resultado por ação básico	<u>0,71506</u>	<u>0,61068</u>	<u>0,72441</u>	<u>0,62152</u>

## Notas Explicativas

### *Lucro diluído por ação*

Sobre o lucro do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
<i>Em milhares</i>				
Média ponderada de ações	<u>113.445</u>	<u>113.420</u>	<u>113.445</u>	<u>113.420</u>
Lucro por ação diluído	<u>0,71506</u>	<u>0,61068</u>	<u>0,72441</u>	<u>0,62152</u>

Em 31 de março de 2011, 13 opções (103 em 31 de março de 2010) foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

O valor médio de mercado das ações da Companhia, para os propósitos de cálculo dos efeitos dilutivos de opções de ação, foi baseado em valores de mercado cotados para o período, durante o qual as opções estavam em aberto.

## 27 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 11 plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, decidiu contratar uma análise independente dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados. O referido trabalho serviu de base para contratação dos seguros sobre prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações com as seguintes coberturas:

## Notas Explicativas

<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Limite máximo de indenização - R\$</b>	<b>Vigência da apólice</b>
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	250 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011

### 28 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação firmado em 27 de fevereiro de 2008. A posição desse contrato em 31 de março de 2011 é a seguinte:

	<b>Aluguel anual</b>	<b>Prazo da locação</b>	<b>Opção de Compra</b>
Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa, tendo em vista o compartilhamento no uso da aeronave.

### 29 Base negativa de contribuição social

Em 31 de março de 2011, a controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. possuía base negativa de contribuição social no montante de R\$7.043 (R\$9.682 em 31 de dezembro de 2010).

### 30 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados

## Notas Explicativas

dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

### 31 Demonstrações do Valor Adicionado

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, o Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

### 32 Demonstrações dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	17.766	17.169	23.874	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>152.439</u>	<u>25.249</u>	<u>165.585</u>	<u>32.443</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>170.205</u>	<u>42.418</u>	<u>189.459</u>	<u>54.372</u>

Na rubrica Caixa e Bancos registra-se o valor em espécie, cheques à vista e considerados à vista (até três dias úteis para serem apresentados) e os valores depositados em contas correntes mantidas junto a instituições financeiras.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,37% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro de 2010) e estão destinadas a negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada para a Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa.

Durante o período findo em 31 de março de 2011, o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 2.954 (R\$ 15.891 em 31 de março de 2010) relativo a juros e variações cambiais e R\$ 8.894 (R\$ 10.573 em 31 de março de 2010) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades

## Notas Explicativas

Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

### 33 Evento subsequente

Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou, por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca PILAR, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife – PE.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista (ii) R\$ 3.850 a serem pagos em 90 (noventa) dias, reduzidos dos valores necessários à constituição da adequada provisão para devedores duvidosos, e (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida. A aquisição será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76 e à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A empresa adquirida iniciou suas atividades em 1875, tendo auferido Receita Líquida de R\$ 107,5 milhões no ano de 2010, sendo 56% deste total referente a biscoitos e 44% a massas. A capacidade de produção anual atual é de 30 mil toneladas para biscoitos e 41 mil toneladas para massas. O Ativo Total, o Patrimônio Líquido e a Dívida Líquida na posição de dezembro de 2010 atingiram R\$ 83,3 milhões, R\$ 32,0 milhões e R\$ 24 milhões, respectivamente. Com esta aquisição a liderança do Grupo M Dias no Brasil passará, em volume, de 22,2% para 23,4% do mercado nacional de biscoitos e de 22,4% para 24,7% do mercado nacional de massas alimentícias (Ac Nielsen, Jan-Fev 2011).

A operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil.

## Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 31 de março de 2011, é de R\$777,8 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controlador</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>
<b>Administradores</b>	<b>13.493.804</b>	<b>11,90</b>	<b>13.493.804</b>	<b>11,90</b>
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.647.801	9,39	10.647.801	9,39
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>28.406.196</b>	<b>25,03</b>	<b>28.406.196</b>	<b>25,03</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>28.406.196</b>	<b>25,03</b>	<b>28.406.196</b>	<b>25,03</b>

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 31 de dezembro de 2010.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2010				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controlador</b>	<b>80.750.000</b>	<b>71,18</b>	<b>80.750.000</b>	<b>71,18</b>
<b>Administradores</b>	<b>13.509.704</b>	<b>11,91</b>	<b>13.509.704</b>	<b>11,91</b>
Conselho de Administração	2.846.303	2,51	2.846.303	2,51
Diretoria	10.663.401	9,40	10.663.401	9,40
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>42.101</b>	<b>0,03</b>	<b>42.101</b>	<b>0,03</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>19.148.195</b>	<b>16,88</b>	<b>19.148.195</b>	<b>16,88</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>19.148.195</b>	<b>16,88</b>	<b>19.148.195</b>	<b>16,88</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.493.804	11,90	13.493.804	11,90
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.406.196	25,03	28.406.196	25,03
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 31/03/2010 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	80.750.000	71,18	80.750.000	71,18
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.509.704	11,91	13.509.704	11,91
Ações em Tesouraria	42.101	0,03	42.101	0,03
Outros	19.148.195	16,88	19.148.195	16,88
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: <b>DIBRA Fundo de Investimentos em Participações</b>		Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
<b>Total</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>

**Cláusula Compromissória de Arbitragem**

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Ao  
Conselho de Administração da  
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos  
Fortaleza - CE

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações

contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

26 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Eusébio, 26 de abril de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Eusébio, 26 de abril de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração na escala da moeda.